



**OBSERVADOR RURAL**  
**Nº 129**  
**Setembro 2022**

## **MODELOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM MOÇAMBIQUE**

**Yara Nova e Rui Rosário**

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR ([www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

## RESUMO:

As políticas agrárias implementadas pelo governo moçambicano com vista ao desenvolvimento rural seguiram uma tripla estratégia nas primeiras décadas do século XXI. Por um lado, promoveram-se investimentos de larga escala associados ao agronegócio internacional. Por outro, foram implementadas soluções assentes na contratualização de culturas de rendimento, com reduzida abrangência espacial. Por último, promoveram-se políticas que procuram transformar o pequeno produtor em produtor comercial, através de incentivos à produção. O objectivo deste trabalho é o de analisar estes três modelos, identificando, relativamente a cada um, os seus impactos nas vertentes económica, social e ambiental do desenvolvimento do meio rural, salientando os pontos fortes e as lacunas que lhes podem ser reconhecidas nestes domínios. Para a análise e confronto destes três modelos, foi seleccionado um conjunto de critérios que permitem caracterizar qualitativamente cada modelo. Tratando-se de um método de análise realizado numa base qualitativa, os resultados são determinados pela percepção construída a partir da literatura consultada. Da análise constatou-se que estes três modelos possuem lógicas de produção diferenciadas entre si. Em Moçambique, caso se pretenda resolver o problema da pobreza, desnutrição e insegurança alimentar, as políticas públicas têm de ser directamente direccionadas para o segmento dos pequenos produtores, mas, mesmo ao se optar por modelos para este segmento, existe a necessidade de se ter em atenção as suas implicações, especificamente, no aumento de desigualdades sociais.

**Palavras-chaves:** Modelos de desenvolvimento da agricultura, políticas públicas e agrárias, pequeno produtor familiar.

## ABSTRACT:

Agrarian policies for rural development implemented by the Mozambican government in the first decades of the 21<sup>st</sup> century followed a triple strategy. On the one hand, large-scale investments associated with international agribusiness were promoted. On the other hand, there are policies to promote national agribusiness, based on the contractualization of cash-crops, with reduced spatial scope. And finally, the policies that seek to transform the small producer into a commercial producer, through incentives in production.

The aim of this work is to analyse these three models by identifying their economic, social and environmental impacts on the economic, social and environmental aspects of rural development, highlighting the strengths and shortcomings that can be recognised in these areas. For the analysis and comparison of these three models, a set of criteria was selected to qualitatively characterize each model. Being a method of analysis performed on a qualitative basis, the results are determined by the perception constructed from the literature consulted. From the analysis it was found that these three models have production logics differentiated from each other. In Mozambique if the problem of poverty, malnutrition and food insecurity is intended, public policies must be directly directed to the small-size segment, but when choosing models for this segment, there is a need to take into consideration their implications, specifically, in increasing social inequalities.

**Keywords:** Agrarian development models, public and agrarian policies, small family producer.

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>7</b>
2.1. Conceitos .....	7
2.2. Desenvolvimento rural e os modelos de desenvolvimento da agricultura .....	7
2.3. Políticas agrárias em Moçambique .....	13
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
<b>4. ANÁLISE DOS TRÊS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>15</b>
4.1. Modelo de investimento de larga escala .....	15
4.2. Modelos de agricultura contratualizada .....	20
4.3. Modelo de apoio à emergência de pequenos agricultores comerciais .....	24
<b>5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>34</b>

## MODELOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM MOÇAMBIQUE

Yara Nova e Rui Rosário <sup>1</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Uma política pública<sup>2</sup> nunca nasce isolada, pois resulta de um compromisso entre uma diversidade de interesses económicos, sociais e políticos, suportado por visões muitas vezes conflituais do desenvolvimento. Em Moçambique, o início do século XXI foi marcado pela coexistência de diversos modelos de política direccionada à agricultura e ao meio rural. Cada um deles molda a vivência do meio rural de determinada forma, possuindo impacto forte em algumas vertentes e reduzido efeito noutras. Assim, há interesse em confrontar estes diferentes paradigmas, procurando identificar o contributo que cada um dá para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural, identificando contradições que possam existir entre eles e realçando as características que cada um possui.

Tal como na generalidade dos países da África Subsaariana, em Moçambique a agricultura é tida como a base para o desenvolvimento nacional (Artigo nº103 da Constituição da República de Moçambique). Porém, os modelos de políticas agrárias e os modelos de desenvolvimento económico predominantes têm sofrido alterações frequentes, num quadro de elevada instabilidade institucional, escassez de recursos e forte dependência de financiadores externos, públicos e privados. Esta dependência faz intervir, necessariamente, opções políticas e estratégias que não imanam do debate nacional sobre o caminho a seguir para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural, nem sobre as opções políticas que dele poderiam resultar. A agenda política internacional acaba por moldar, em grande parte, as opções tomadas. Deste panorama resultou, ao longo destas duas décadas, a aplicação de modelos de desenvolvimento contraditórios, influenciados por estratégias diferentes, que estão na base dos sucessivos planos para o desenvolvimento do sector. Por vezes, estas políticas possuem um âmbito geográfico delimitado. A realidade mostra que a transformação estrutural do sector ficou, quase sempre, muito aquém dos objectivos enunciados.

Em Moçambique, neste período, coexistiram três principais modelos de desenvolvimento da agricultura com formas de actuação, lógicas de funcionamento e objectivos diferenciados (Mosca, 2011; Dadá *et al.* 2019). Um primeiro modelo baseou-se na concessão de grandes extensões de terra ao capital estrangeiro, normalmente associado a capital nacional, para o desenvolvimento de sistemas

---

<sup>1</sup> Yara Nova, economista, é Mestre em Economia e Políticas Públicas pela *Lisbon School of Economics & Management* e assistente de investigação do OMR. Rui Rosário, economista agrário, é Investigador Coordenador aposentado do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) de Portugal e investigador associado ao OMR.

<sup>2</sup> A definição proposta a seguir, que engloba os principais elementos sobre os quais existe consenso na literatura (cf. especificamente Thoenig 1985, p. 7; Lagroye, 1997, p. 454; Mény e Thoenig, 1989, pp. 131-132 em Knoepfel *et al.*, 2011 : p. 24), é a seguinte : Uma política pública é definida como *uma série de decisões ou actividades intencionalmente coerentes tomadas ou levadas a cabo por diferentes intervenientes públicos – e por vezes – privados, cujos recursos, ligações institucionais e interesses variam, com vista a resolver de forma direccionada um problema que é politicamente definido como de natureza colectiva. Este conjunto de decisões e actividades dá origem a acções formalizadas de natureza mais ou menos restritiva, que visam frequentemente modificar o comportamento dos grupos sociais que se presume estarem na origem ou que podem resolver o problema colectivo em causa (grupos-alvo) no interesse dos grupos sociais que sofrem os efeitos negativos do problema em questão (beneficiários finais).*

intensivos de produção, em alguns casos de monocultura. Foram criadas largas áreas de produção de culturas agrícolas para transformação industrial (por exemplo: cana-de-açúcar) ou de espécies florestais exóticas de crescimento rápido, como é o caso do eucalipto. Um segundo modelo, muito arraigado em algumas regiões do país e para algumas culturas agrícolas, assentou na concessão do exclusivo de comercialização de determinado produto a uma determinada empresa, nacional ou estrangeira, que promove a produção de determinada cultura agro-industrial (por exemplo, tabaco ou algodão) em regime de agricultura contratualizada com produtores familiares. Este modelo é normalmente praticado junto de explorações de pequena e média dimensão e possui uma abrangência geográfica e sectorial delimitada. Por isso, produz efeitos localizados na melhoria do padrão de vida da população. Finalmente, através de um terceiro modelo de política, o Governo procura transformar o pequeno e médio produtor em empresário agrícola. A ideia central reside na tentativa de integrar um conjunto de produtores seleccionados em cadeias de valor nacionais, através de apoios directos à mecanização e à introdução de inovações tecnológicas, de modo que estes realizem um *upgrade* das suas explorações e, por arrasto, promovam a introdução de tecnologias nos pequenos produtores das zonas envolventes. É nesta última estratégia política que se baseia o Programa SUSTENTA. Após a experiência de dois anos em alguns distritos das províncias de Nampula e Zambézia, em 2020 este programa foi alargado a todo o território nacional (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2018).

A par destas políticas, lançadas no sentido de estruturar e moldar o tecido agrícola do país, o funcionamento do mercado constitui uma realidade incontornável que abrange a maior parte da produção, por vezes com intervenção de políticas específicas. De assinalar, também, os casos da promoção da introdução de "novas culturas" junto dos pequenos produtores em zonas específicas e muito delimitadas. É o caso, por exemplo, da introdução da cultura do café nas zonas-tampão dos Parques da Gorongosa e de Chimanimani, ambas na zona Centro do país.

Este texto é um desenvolvimento da parte teórica da dissertação "*O papel dos pequenos produtores nas opções de políticas agrárias em Moçambique*" apresentada pela autora, em 2021, para obtenção do grau de Mestre pela Lisbon School of Economics and Management<sup>3</sup> - na qual se analisa a forma de introdução da tecnologia, com base no modelo de pequeno agricultor comercial, na produção de soja no distrito de Gurué, província da Zambézia. O presente texto foca os três modelos de desenvolvimento da agricultura acima referidos, tendo como objectivo analisar cada um deles. A partir de informação recolhida numa pesquisa bibliográfica, procurou-se identificar os processos que promovem, nas vertentes económica, social e ambiental, o desenvolvimento do meio rural, salientando os pontos fortes e as lacunas que lhes podem ser reconhecidas nestes domínios. A ideia essencial deste trabalho é o de contribuir para a compreensão da forma de actuação política na agricultura e como esta tem vindo a contribuir para o desenvolvimento do sector.

---

<sup>3</sup> A dissertação encontra-se publicada no repositório da Universidade de Lisboa, em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/22698>

## 2. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 2.1. Conceitos

Ao longo do texto são feitas referências a alguns conceitos abordados que importa precisar, designadamente os seguintes:

- **Desenvolvimento Rural versus Desenvolvimento agrário** – embora existam abordagens e/ou definições distintas, no texto, considerou-se o termo "desenvolvimento rural" como o conjunto de acções ou formas de intervenção levadas a cabo pelo governo e outros intervenientes para o alcance de uma melhoria em aspectos socio-económicos e políticos no meio rural, como também em aspectos ligados à distribuição e equidade (Harriss, 1982). O desenvolvimento agrícola é, frequentemente, visto como sinónimo de desenvolvimento rural. Contudo, os dois termos são diferentes, mas intrinsecamente relacionados, porque grande parte da população, em Moçambique, em particular, está nas zonas rurais (65,54%, segundo o censo 2017) e tem a agricultura como a principal fonte de rendimento (TIA, 1996/97, 2002/03 e 2008/09). Assim, o alcance do desenvolvimento rural, implicaria o desenvolvimento agrícola (Udemezue & Osegbue (2018).
- **Modelo de desenvolvimento da agricultura** – no texto este termo é entendido como um esquema ou um quadro de referência orientador que permite criar condições para o alcance do potencial agrário (produtividade, quantidade e qualidade da produção e aumento dos rendimentos), considerando o bem-estar igualitário, economicamente favorável e sustentável do ponto de vista ambiental (Krishan, 1992; Laiglesia, 2006).
- **Políticas agrárias** – é entendida como o conjunto de acções ou medidas conduzidas pelo sector público, concretizadas através de planos, estratégias e/ou programas, com o objectivo do alcance da transformação estrutural do sector agrário, visando a segurança alimentar, desenvolvimento económico e sustentável e redução da pobreza<sup>4</sup>.

### 2.2. Desenvolvimento rural e os modelos de desenvolvimento da agricultura

Em Economia, não é consensual a existência de uma teoria de Desenvolvimento Rural. As reticências decorrem do facto de a teoria de Desenvolvimento Rural ter sido construída a partir de modelos empíricos individualizados, assentes, muitas vezes, em aspectos qualitativos, designadamente a introdução de questões da esfera da equidade social, como as do género, desenvolvidas por Hirschman e Schumpeter no debate sobre desenvolvimento (Ward & Hite, 1998; Niederle & Radomsky, 2016).

O termo Desenvolvimento Rural sofreu várias tentativas de definição, podendo ser sintetizado como "um desenvolvimento que visa a melhoria da qualidade de vida da população rural" (Ollawa, 1977; Takeuchi, 2000; Shagali & Ibrahim, 2020).

A relevância desta temática, principalmente em África, resulta dos níveis de pobreza extrema, em proporções muitas vezes dramáticas, que se verificam no meio rural. Assim, desde a sua origem, as políticas de Desenvolvimento Rural em África são concretizadas através da implementação de

---

<sup>4</sup> Esta definição teve-se como base a Política agrária de Moçambique 1995, plasmada na resolução n° 11/95 de 31 de Outubro.

projectos apoiados e financiados por diferentes tipos de entidades externas (parceiros privados, governos e suas agências para o desenvolvimento ou agências multilaterais) em domínios estritos, bem identificados, e, muitas vezes, delimitados do ponto de vista geográfico.

Para atingir os resultados pretendidos no quadro de determinado projecto de desenvolvimento rural, é necessário que um conjunto de condições envolventes sejam verificadas em simultâneo, quer no plano institucional, quer das infra-estruturas e do mercado, ou, ainda, em áreas como as da saúde e da educação. Os investimentos que são necessários neste conjunto vasto de áreas não acompanham os que são realizados pelos projectos de desenvolvimento rural (Baah-Dwomoh & Kwame, 2016), ficando o desenvolvimento amputado de elementos essenciais que o compõem. Uma das principais dificuldades apontadas pelo African Development Bank (2000) são as fracas ou inexistentes infra-estruturas básicas que conduzem a atrasos consideráveis na implementação dos projectos, e conclui que os projectos implementados com maior sucesso em África localizam-se, precisamente, nos países com instituições mais fortes.

De um modo geral, apontam-se como razões do insucesso dos programas de desenvolvimento rural, as seguintes: (1) ambientes políticos e macroeconómicos desfavoráveis, designadamente políticas macroeconómicas e públicas distorcidas, e a existência de conflitos político-militares; (2) a não-participação efectiva dos beneficiários na concepção e execução dos projectos; (3) a dificuldade das agências financiadoras adaptarem os projectos à realidade cultural dos destinatários; e, finalmente, (4) a fraca adaptabilidade dos pacotes tecnológicos à realidade dos potenciais beneficiários directos desses projectos (Baah-Dwomoh & Kwame, 2016).

O tipo e as formas de ligação da agricultura a outros sectores de actividade económica, a existência, ou não, de externalidades positivas para garantir a segurança alimentar das populações rurais, e a redução dos níveis de pobreza, têm levado a que os projectos de desenvolvimento rural sejam fortemente ancorados no desenvolvimento da agricultura, no qual a introdução de inovações tecnológicas possui um papel central (Baah-Dwomoh & Kwame, 2016; Takeuchi, 2000).

De salientar que este sector enfrenta fortes constrangimentos, decorrentes dos baixos níveis de produtividade dos sistemas de agricultura tradicionais, em consequência da reduzida utilização de insumos agrícolas e de mecanização, baseando-se, invariavelmente, em tecnologias tradicionais de mão-de-obra intensiva (Mwangi & Kariuki, 2015). Os baixos níveis de literacia introduzem significativas restrições aos processos de introdução de inovações tecnológicas. Para além destas características estruturais, os produtores confrontam-se com dificuldades de acesso aos mercados e ao crédito (Uaiene *et al.*, 2009).

É, por isso, vital integrar um conjunto ordenado e bem estruturado de vertentes na concepção de políticas orientadas para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural, de modo que seja construído um modelo coerente que assegure um equilíbrio entre as diversas vertentes essenciais ao desenvolvimento, das quais se destacam o acesso à terra, a preservação do ambiente, o combate à pobreza e a salvaguarda da segurança alimentar e nutrição, a promoção de serviços à agricultura, a existência de infra-estruturas e a actuação de instituições, num quadro favorável de políticas públicas e macroeconómicas adequadas.



Aceitando estas premissas, a capacidade de determinada política pública orientada para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural deve, assim, ser apreciada segundo várias vertentes, pois será no equilíbrio que entre elas é estabelecido que reside o seu maior ou menor sucesso. Para cada uma destas vertentes, na perspectiva da avaliação de uma política pública para este sector, terão de ser considerados os seguintes aspectos:

- **Terra e ambiente** – Os modelos devem incorporar salvaguardas ambientais de modo a minimizar os impactos negativos no ambiente, principalmente nos aspectos relativos à degradação dos solos (erosão, perda de fertilidade), contaminação (poluição por resíduos) no solo e na água, e na promoção de condições para contrariar a extracção predadora de recursos naturais e a redução da biodiversidade (flora, fauna e micro-organismos do solo). A promoção das práticas de agricultura de conservação, como técnicas agrícolas sustentáveis, constitui um elemento fundamental que deve ser olhado com grande atenção<sup>5</sup>. A salvaguarda efectiva dos mecanismos de uma gestão correcta e justa de resolução de conflitos de terra, designadamente a garantia de acesso a terra de forma duradoura, constitui um outro elemento importante a ser considerado numa avaliação deste tipo<sup>6</sup>;
- **Pobreza e segurança alimentar** – a opção por modelos de desenvolvimento agrário inclusivos e de base social alargada podem produzir efeitos positivos sobre a pobreza e segurança alimentar das comunidades rurais. Tendo em consideração que a maior parte da população pobre reside no meio rural e que estes pobres são, grande parte, pequenos produtores agrícolas, é desejável que os modelos implementados proporcionem oportunidades para aumento da disponibilidade de alimentos e do nível de rendimento monetário destes e que, conseqüentemente, proporcionem a melhoria da qualidade de vida e da salvaguarda da segurança alimentar<sup>7</sup>;
- **Serviços à agricultura** – A melhoria dos serviços prestados aos produtores, designadamente a sua capacitação, crédito agrícola e apoio ao desenvolvimento tecnológico, são importantes para criar condições para um melhor desempenho do sector<sup>8</sup>. A ligação entre a investigação agrária e as estruturas de extensão rural é essencial para identificar as tecnologias mais

---

<sup>5</sup> Autores, como Hobbs *et al.* (2008), Kassam *et al.* (2009) e Joshi (2011), fazem referência e apontam as vantagens da utilização de métodos da agricultura de conservação e de práticas de gestão produtiva mais sustentáveis como a solução para o aumento da produtividade e redução dos impactos negativos sobre o ambiente, e evidenciam os seus benefícios no que designam por nível-nano (ligados à melhoria das propriedades dos solos), nível-micro (poupança de *inputs*, redução do custo de produção e aumento do rendimento agrícola), até ao nível-macro (redução da pobreza, melhoria da segurança alimentar, e questões ligadas ao aquecimento global), num contexto de crescimento populacional, aumento da procura por alimentos, mudanças climáticas e aumento dos custos de produção.

<sup>6</sup> Com a crescente procura por terras férteis para a produção de alimentos e culturas de rendimento, muitos países, africanos, asiáticos e latino-americanos, têm sofrido pressão sobre os processos de cedência de terra, resultando, muitas vezes, em conflitos. No caso específico de Moçambique, os conflitos de terra, resultam, principalmente, da falta de consideração do direito consuetudinário de uso da terra, no acto de concessões de terras, quando existe a necessidade de reassentamentos, e no acto de chegada de novos investimentos, aquando do não cumprimento de promessas feitas pela empresa investidora na consulta comunitária, situação que provoca frustração e insatisfação entre a comunidade, reivindicações e manifestações (Mandamule, 2015; Mandamule, 2016; Mosca & Bruna, 2015; Dadá & Nova, 2018; Nhampossa, 2020).

<sup>7</sup> Sobre a crescente entrada de fluxos de capital na agricultura, essencialmente no agronegócio, assente nas culturas de exportação/rendimento, questionam-se as possíveis disputas de ocupação de terra e a sua influência nas lógicas de produção dos agricultores, isto é, utilização de terra para a produção de alimentos (com influência na segurança alimentar) e a produção de culturas de rendimento.

<sup>8</sup> Sobre a questão dos serviços à agricultura, vários autores abordam esta questão, como, por exemplo: Uaiene (2012); Mucavele & Artur (2021); Mosca (2011); Fagilde (2018); Nova & Mosca (2022b); Zavale *et al.*, (2020).

adequadas aos diferentes tipos de produtor para que seja possível responder adequadamente aos desafios colocados pela baixa produtividade e pelas mudanças climáticas, e assegurar efeitos multiplicadores nas economias locais;

- **Políticas públicas e macroeconómicas** – De um modo geral, as políticas públicas devem favorecer a agricultura e o meio rural, aliviando, simultaneamente, a dependência económica do país. Passar de um sistema económico baseado na extracção para um sistema fornecedor de matérias-primas que alimente a indústria nacional constitui um desafio de grande alcance no qual o meio rural poderá encontrar condições de progressão económica e social. As políticas monetárias devem promover taxas de câmbio equilibradas<sup>9</sup> e as políticas comerciais e de preços devem salvaguardar os níveis de rendimento da agricultura. A política orçamental deverá salvaguardar dotações orçamentais necessárias para uma continuada prestação de serviços ao sector<sup>10</sup>. As políticas de educação e saúde constituem factores determinantes para o progresso das condições de vida das populações rurais. Face ao aumento populacional, a actividade agrícola deve evoluir para acomodar a crescente procura de alimentos, não podendo, por isso, estagnar, devendo, em simultâneo, atenuar a forte dependência das condições climáticas de cada ano a que os sistemas tradicionais estão sujeitos;
- **Infra-estruturas**<sup>11</sup> - A qualidade das infra-estruturas rurais constitui uma condição essencial para a dinamização das economias locais, facilitando o acesso de redes comerciais ao meio rural para escoamento da produção, possibilitando uma redução dos custos de transporte, uma maior longevidade dos equipamentos e a redução das perdas de transporte de produtos perecíveis. As infra-estruturas de armazenamento de produtos podem gerar condições favoráveis à organização da produção, através da concentração do produto e da capacidade de negociação junto de outros intervenientes das cadeias de valor;
- **Instituições/Aparelho do Estado**<sup>12</sup> – As instituições desempenham um papel crucial para o sucesso de modelos de desenvolvimento e coerência das políticas. Os planos e estratégias adoptados para a transformação agrícola são, muitas vezes, caracterizados por serem excessivamente amplos e ambiciosos, perdendo, por esse efeito, o foco nos aspectos críticos que interessa superar. Caso a capacidade de adopção de políticas de regulação e de fiscalização seja fraca, com reduzida eficiência da máquina administrativa e permeável à corrupção, quase sempre o resultado é o fracasso das políticas. A transparência da actuação das instituições e a promoção de práticas de prestação de contas e avaliação dos resultados dessas políticas podem criar condições favoráveis ao seu sucesso, bem como uma mais forte coordenação

---

<sup>9</sup> O estudo da Abbas (2015), que procurou examinar a relação entre variáveis macroeconómicas e a produção agrícola em Moçambique, considerou as seguintes variáveis: taxa de câmbio, inflação, PIB, PIB *per capita*, exportação de bens, ajuda externa, taxas de juro, despesas públicas totais e despesas públicas na agricultura, oferta de moeda, área cultivada, consumo de fertilizantes e força de trabalho na agricultura. Esta autora verificou que as variáveis macroeconómicas têm um efeito significativo na produção agrícola, concluindo que o ambiente macroeconómico em Moçambique não tem sido favorável à agricultura.

<sup>10</sup> O orçamento da agricultura continua inferior ao recomendado na Declaração de Maputo, tendo representado, em média, de cerca de 4% entre 2001 e 2021 do orçamento total do Governo (Nova & Mosca, 2022a; Aiuba & Mosca, 2018).

<sup>11</sup> Assuntos abordados por: Macuiana (2017) sobre a capacidade de infra-estruturas de armazenamento em Moçambique; Dadá (2018) fala sobre os problemas das estradas rurais; e Ibraimo & Feijó (2018) em que apresentam a relação entre os serviços de transportes e os elevados custos dos mesmos devido ao estado das vias de acesso.

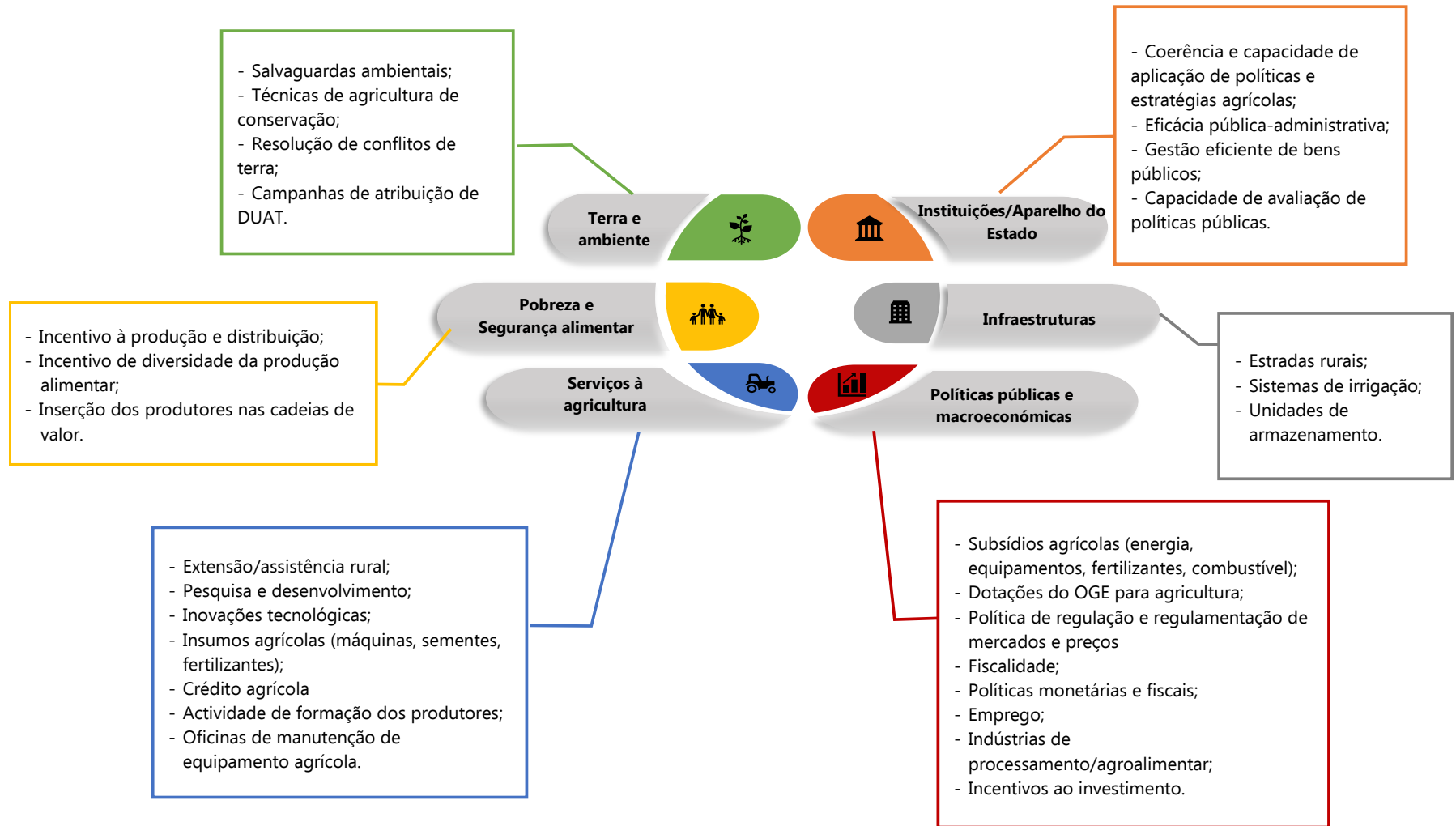
<sup>12</sup> Mosca (2011), no seu livro *Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*, discute aspectos referentes ao aparelho do Estado da agricultura e das instituições públicas desde a época antes e pós-independência, especificamente, as mudanças na direcção e do Ministério da Agricultura, a questão da instabilidade institucional e apresenta críticas relacionadas com a descentralização e desconcentração do Estado e sua influência no desempenho das suas funções.

entre os investimentos público, privados e de ONGs no apoio ao desenvolvimento da agricultura. De um modo geral, o compromisso dos agentes públicos na prestação de serviços de qualidade constitui um pano de fundo favorável à concretização das políticas, sem o qual a actuação será dispersa, incoerente e incapaz de cumprir os objectivos traçados.

Esquemáticamente, este conjunto de condições de sucesso para este tipo de políticas pode ser visualizado na Figura 1.

Em síntese, para que determinada orientação política agrária encontre condições de sucesso, é necessário assegurar condições favoráveis em diversos planos, que exigem continuidade e persistência política, e a capacidade de os decisores políticos introduzirem correcções nos modelos, quando e onde a realidade demonstrar, através de avaliações, a sua necessidade.

**Figura 1.**  
**Determinantes do sucesso de um modelo de política agrária**



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na revisão de literatura.

### 2.3. Políticas agrárias em Moçambique

Em Moçambique o sucesso das iniciativas de promoção do desenvolvimento da agricultura foi sempre reduzido. O desfasamento entre as reais necessidades da população e a visão dos implementadores dos projectos, a insustentabilidade das opções tomadas, as dificuldades práticas de concretização e o curto horizonte temporal dos mesmos têm conduzido a resultados que ficam muito aquém do desejado. São exemplo os casos da tentativa de introdução do crédito rural (no quadro dos chamados "7 milhões"<sup>13</sup>) ou o projecto de parques de máquinas, concretizado através da constituição dos Centros de Prestação de Serviços Agrícolas. Se, no primeiro caso, essa política foi efémera e com contornos pouco nítidos, no segundo, não foram verificadas as reais necessidades dos produtores, no que diz respeito ao tipo e potência dos equipamentos<sup>14</sup>, não foram tomadas em consideração as características económicas, demográficas e territoriais dos distritos onde foram disponibilizados os equipamentos, e não foi criada capacidade para fornecer assistência técnica para a reparação e manutenção dos equipamentos adquiridos.

A par deste tipo de acções específicas, Moçambique concretizou diferentes orientações políticas, cada uma procurando atender a objectivos que, muitas vezes, decorriam de visões contraditórias sobre as prioridades a atender. Por um lado, através do fomento do agronegócio, apoiado pelo Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI), do Plano Integrado de Comercialização Agrária (PICA) e do Plano Nacional de Investimento para o Sector Agrário (PNISA), procurou-se desenvolver o segmento empresarial do sector agrário. O caso do ProSAVANA constitui um programa marcante deste tipo de opção. Por outro lado, diversos instrumentos de política visaram o pequeno produtor, como foi o caso do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) e dos Planos de Acção para a Redução da Pobreza (os sucessivos PARPA). Nos anos mais recentes, verificam-se mudanças de perspectiva após o surgimento de visões alternativas, designadamente a que foi concretizada através do Modelo Pequeno Agricultor Comercial através do programa SUSTENTA, alargado ao território nacional.

Estas diferentes opções sobre a via para a promoção do desenvolvimento da agricultura e do meio rural assentam em dois tipos de visão: por um lado, a vontade de acelerar o crescimento da produção e da produtividade, reconhecendo a dificuldade que o segmento da pequena agricultura familiar possui para ser competitivo no mercado, em resultado da dificuldade de adopção de tecnologias agrícolas. E por outro lado, a necessidade de obtenção de efeitos rápidos na economia (nas exportações e melhoria da balança comercial agrícola) por via dos investimentos de larga escala na agricultura. As políticas com foco na pequena agricultura têm redundado, quase que invariavelmente, em fracasso, defraudando as expectativas da população rural no que concerne à melhoria das suas condições de vida. Apesar dos esforços empreendidos, a pobreza continua a constituir o principal problema da maioria da população residente no meio rural moçambicano<sup>15</sup>. O modelo de promoção

---

<sup>13</sup> Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL), programa vulgarmente conhecido como "7 milhões", era um fundo de crédito fornecido a diferentes distritos para desenvolver projectos ligados à produção de alimentos e geração de rendimento, com impacto nas populações locais.

<sup>14</sup> A discussão sobre os projectos implementados pelo Ministério da Agricultura, no âmbito do desenvolvimento da agricultura, pode ser encontrada em: Sande, 2011; Orre & Forquilha (2012); Dadá *et al.*, 2019;

<sup>15</sup> Segundo o último relatório de avaliação de pobreza em Moçambique - Inquérito do Orçamento Familiar, IOF, 2014/15 - apesar de se verificar uma tendência de melhoria do valor do indicador de pobreza, em cerca de 11% (de 51,7% - IOF 2008/09 para 46,1%), o nível de pobreza ainda permanece elevado, Ministério de Economia e Finanças (2016).

da vertente comercial da agricultura familiar mais difundido, que tem funcionado de forma duradoura, baseia-se no regime de agricultura em contrato (*out-growers*). A sustentabilidade desta solução é dependente da durabilidade das empresas, nacionais ou estrangeiras, que promovem determinada cultura. Embora este modelo já existisse na época colonial, foi reforçado na década 90, após o processo da liberalização dos mercados e das privatizações. São considerados, por muitos autores, como casos de sucesso a aplicação deste tipo de modelo em culturas industriais, como sejam os casos do tabaco, do algodão e, em certa medida, de cana-de-açúcar (Mosca, 2005). Contudo, alguns insucessos são de registar, como é o caso das culturas oleaginosas destinadas à produção de biodiesel<sup>16</sup>.

### 3. METODOLOGIA

O presente texto é um desenvolvimento da parte teórica da dissertação "*O papel dos pequenos produtores nas opções de políticas agrárias em Moçambique*" apresentada pela autora, em 2021, para obtenção do grau de Mestre pela Lisbon School of Economics and Management – na qual se analisa a forma de introdução da tecnologia, com base no modelo de pequeno agricultor comercial, na produção de soja no distrito de Gurué, província da Zambézia. Assim, o texto baseou-se na utilização de uma abordagem qualitativa, dedicando-se ao aprofundamento e compreensão do objecto em análise – os modelos de desenvolvimento da agricultura. Quanto aos procedimentos, o trabalho suportou-se numa pesquisa bibliográfica focada na realidade moçambicana e da África Austral, feita a partir de levantamento de referências teóricas e estudos empírico publicados (Gerhardt & Silveira, 2009). Este método foi utilizado com objectivo de analisar as diversas posições relativamente aos "modelos de desenvolvimento da agricultura em Moçambique".

Para análise e confronto destes modelos, foi seleccionado um conjunto de critérios que permitem caracterizar qualitativamente cada um deles, possibilitando, conseqüentemente, identificar pontos fortes e limitações que lhes são inerentes. Estes critérios abarcam vários domínios que, *grosso modo*, incluem elementos relevantes nas esferas económica, social e ambiental de exigência para a actuação política. Tratando-se de um método de análise realizado numa base qualitativa, os resultados apresentados na discussão e conclusões são determinados pela percepção construída a partir da literatura consultada.

Os critérios que suportam esta análise são os seguintes:

**A – Características gerais** – características mais evidentes de cada modelo, identificando aspectos relativos ao:

- Regime de produção: intensivo, semi-intensivo, extensivo;
- Capital: origem dos detentores do capital investido;
- Objectivos de produção: destino predominante da produção;
- Principais beneficiários: identificação dos principais agentes-alvo;
- Tipo de produto: tipo de culturas predominantemente produzidas em cada modelo;

---

<sup>16</sup> Sobre este assunto, veja por exemplo: Artur (2015); Achten *et al.* (2007); Schut *et al.* (2010) e Slingerland & Schut (2014).

**B – Impactos** - neste critério procurou-se identificar os impactos gerados em diferentes níveis, especificamente:

- Impactos na disseminação de tecnologia: progresso tecnológico induzido ao nível local;
- Impactos ambientais: erosão, contaminação do solo e água e biodiversidade;
- Impactos sociais: multiplicação de efeitos a nível social;
- Impactos económicos globais: multiplicação de efeitos na economia nacional;
- Impactos económicos locais: multiplicação de efeitos na economia local;
- Impactos na redução da pobreza: contributo para melhoria de condições de vida da população;
- Impactos na segurança alimentar: contributo para a salvaguarda de condições nutricionais;
- Envolvimento e integração social: nível de inclusão social dos produtores na economia local;
- Conflitos: nível de perturbação social gerada ligados a actividade agrícola;

**C – Envolvimento político** – análise de intervenção e posicionamento político-administrativo, bem como o tempo de obtenção dos resultados de produção em casa modelo:

- Governação: tipo de intervenção político-administrativa e necessidade de coerência entre políticas públicas;
- Tempo para obtenção de resultados: período para atingir os objectivos principais do modelo.

## **4. ANÁLISE DOS TRÊS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE**

### **4.1. Modelo de investimento de larga escala**

Após a independência e no decurso do período de guerra civil que lhe sucedeu, a economia moçambicana entrou em forte declínio. Na tentativa de recuperação económica do país, em 1987, o governo adoptou o Programa de Reabilitação Económica (PRE), promovido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. O PRE envolvia a privatização de empresas estatais, desvalorização da moeda e desregulamentação do mercado. Na época, para estas instituições, a agricultura e a auto-suficiência alimentar não eram consideradas prioritárias, como defendido no seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1986 (Mosca, 2014). Desde então, o governo moçambicano adoptou uma ideologia neoliberal, baseada no Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para o desenvolvimento de todos os sectores económicos, incluindo da agricultura (UNAC & Grain, 2015, Mosca, 2011, Di Matteo & Schoneveld, 2016).

Porém, dado os elevados níveis de pobreza<sup>17</sup> e desnutrição, abarcando esta mais de metade da população<sup>18</sup> principalmente no meio rural, o governo moçambicano reconhece a importância do sector agrário no combate à pobreza rural e à insegurança alimentar, atraindo investimento privado, pressupondo que, por esta via, aumentar-se-ia o acesso dos pequenos produtores a tecnologias

<sup>17</sup> Segundo o último relatório de avaliação de pobreza em Moçambique (Inquérito do Orçamento Familiar, IOF, 2014/15), apesar de se verificar uma tendência de melhoria do valor do indicador de pobreza em cerca de 11% (redução de 51,7% para 46,1%, de acordo com o relatório anterior - IOF 2008/09), o nível de pobreza ainda permanece elevado, Ministério de Economia e Finanças (2016).

<sup>18</sup> Segundo o Inquérito Demográfico e de Saúde, Cerca de 54,1% da população sofre de problemas de desnutrição (INE, 2013).

agrícolas, aos factores de produção, aos mercados, gerando, simultaneamente, alternativas de emprego (Di Matteo & Schoneveld, 2016).

A crise internacional dos produtos alimentares, em 2008, provocou um crescente interesse internacional pelas terras férteis africanas, para aí produzir produtos agrícolas para exportação. Em 2012, Moçambique tornou-se o terceiro maior destino de IDE em África (UNAC & Grain, 2015). Desde então, centenas de acordos foram assinados abrangendo milhões de hectares, que tinham base política no programa do Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI)<sup>19</sup>. A penetração do IDE resultou numa crescente pressão sobre os pequenos produtores. Os investidores, com apoio do governo e associados ao capital nacional, acederam a terras e recursos hídricos utilizados por pequenos e médios produtores, convertendo áreas dedicadas à produção de alimentos e culturas de rendimento pela agricultura familiar em sistemas agro-florestais de larga escala, assentes em sistemas de produção intensiva, por vezes de monocultura, geridos segundo lógicas corporativas transnacionais (UNAC & Grain, 2015).

A expansão do agronegócio<sup>20</sup> em Moçambique manifestou-se em discursos disfarçados de “ajuda” e “cooperação”, como foi o caso do Japão, que utilizou a *Official Development Assistance* (ODA) como estratégia para facilitar o investimento agrícola “*offshore*”, reforçado após a crise alimentar global de 2008, tendo como justificação o interesse em contribuir para o aumento da produção alimentar global na era do “boom” populacional (Okada, 2015).

Este tipo de investimento é visto como uma forma de rapidamente colmatar a actual lacuna de investimento nas zonas rurais e estimular o desenvolvimento rural. No entanto, segundo alguns autores (Deininger & Xia, 2016, Herrmann, 2017), as evidências de alívio da pobreza e do desenvolvimento rural impulsionados por estes investimentos são escassas, embora alguns estudos empíricos tenham apresentado resultados contrários, quando estes investimentos são analisados em função dos regulamentos políticos, parcerias entre investidores comunitários e em termos crescimento económico (Herrmann, 2017, Cotula, 2011, Baumert *et al.*, 2019).

Porém, a maioria dos textos consultados tem apontado os efeitos negativos destes investimentos em larga escala, nomeadamente a deslocalização forçada de famílias, a degradação ambiental e os reduzidos contributos tangíveis para o desenvolvimento rural (Kaag e Zoomers, 2014, Di Matteo & Schoneveld, 2016). Também são apontados maiores riscos para a saúde humana e para a biodiversidade nas zonas envolventes, devido ao intenso uso de pesticidas, designadamente pela sua aplicação aérea, com desrespeito das normas básicas de segurança (Paulino, 2014, Okada, 2015).

Os relatos apresentados em diversos estudos sobre o reassentamento involuntário de camponeses, especialmente em África, indicam que a grande maioria dos produtores carece de direitos de titularidade de uso da terra em condições de segurança. Referem, também, que os efeitos negativos dos reassentamentos raramente são sujeitos a compensações adequadas para o apoio à reinstalação

---

<sup>19</sup> O CEPAGRI é uma instituição subordinada ao Ministério da Agricultura, criada em 2006, com o objectivo de promover oportunidades de agronegócios, atracção e monitoria de investimentos no sector comercial agrário e agro-industrial.

<sup>20</sup> O conceito de “*agribusiness*”, originalmente desenvolvido pelos pesquisadores John Davis e Ray Goldberg, em 1957, foi utilizado para designar o modelo de desenvolvimento da agricultura comercial, baseado no progresso tecnológico e na aplicação de princípios da Economia na gestão das empresas, principalmente, das grandes explorações agrícolas, que geram efeitos multiplicadores na indústria e nos serviços a montante e a jusante da produção e na economia em geral.



e reabilitação das novas zonas de residência e produção. Do ponto de vista ambiental, a conversão de terras para sistemas de agricultura intensivos, em geral, produz impactos negativos, designadamente a desflorestação de largas áreas, a poluição do solo e das águas subterrâneas, a perda de biodiversidade e erosão dos solos. Estes impactos são considerados muito severos nos países africanos em consequência da falta de capacidade e vontade política de impor salvaguardas sociais e ambientais (Di Matteo & Schoneveld, 2016, Kaag e Zoomers, 2014, Paulino, 2014, Okada, 2015).

A Lei de Terras<sup>21</sup> em vigor em Moçambique inclui uma série de salvaguardas para impedir a concessão de terras que possa prejudicar os meios de subsistência local, requerendo a realização de consultas locais formais. Estas constituem, na perspectiva do legislador, mecanismos jurídicos que permitem às comunidades afectadas por determinado empreendimento decidir se apoiam, ou não, determinada concessão. Porém, na prática, este processo tem resultado ineficaz, dado o reduzido rigor nos acordos firmados e a ausência do seu acompanhamento e verificação. Muitas vezes, o tempo que é dado às comunidades para analisar as propostas é muito reduzido, sendo estas sujeitas a fortes pressões e manipulações políticas.

Os acordos estabelecidos entre os promotores do investimento e as comunidades assentam, quase que invariavelmente, em contrapartidas que incluem a construção de escolas, postos de saúde, captações de água, ampliação da rede eléctrica e preparação das áreas agrícolas alternativas, que raramente são cumpridos (Norfolk & Hanlon, 2012, Glover & Jones, 2018).

De notar que, nestes casos, o interesse das comunidades incide sobre condições de vida básicas que compete ao Estado assegurar. A negociação destas condições é feita entre uma entidade com forte poder negocial e as comunidades rurais, sem experiência deste tipo de negociação. Entre uns e outros operam facilitadores da Administração, mais interessados em cumprir as orientações superiores do que em defender os interesses legítimos das comunidades que essa administração nunca teve capacidade de assegurar. A direcção destas grandes empresas, normalmente, não está especializada em políticas sociais ou de extensão rural para as comunidades envolventes. Por vezes, contratam os serviços de empresas ou ONGs para promover determinada vertente social, que operam durante um período limitado. Ou seja, com o intuito de amenizar o conflito sobre as questões acima apontadas, as empresas adoptam componentes de responsabilidade social como forma de contribuir para a redução da pobreza local. Tais iniciativas são incipientes e de reduzido alcance social e servem, afinal, para a construção de uma imagem pública favorável dos empreendimentos (Bruna, 2017, Baumert *et al.*, 2019, Siteo & Lisboa, 2020).

A corrida a largas porções de terra (normalmente, dezenas de milhar de hectares de terrenos de elevada qualidade para a produção agrícola e boa localização) é designada por *land-grabbing*. Este processo deu origem a um largo corpo de literatura na qual se demonstra que a maioria destes investimentos não concretizam os efeitos positivos desejados nas economias rurais (Hanlon & Smart, 2013, Di Matteo & Schoneveld, 2016, Baumert *et al.*, 2019, Dadá & Nova, 2018, Deininger & Xia, 2016, Bleyer, 2016, Aabø & Kring, 2012).

---

<sup>21</sup> A Lei n.º 19/97, aprovada em Outubro de 1997.

Em Moçambique, o programa mais emblemático deste tipo de política foi o ProSAVANA, lançado em 2009, através de uma parceria público-privada trilateral entre Japão, Brasil e Moçambique, lançada no quadro da Cooperação Sul-Sul. Através deste programa, geograficamente centrado no Corredor de Nacala, pretendia-se transformar 14,5 milhões de hectares de terra em operações agrícolas fortemente orientadas para exportação (Okada, 2015). As estimativas iniciais indicavam que o projecto iria abranger cerca de 500 mil pessoas que habitavam na área de influência do programa (UNAC & Grain, 2015). No entanto, a concretização desta política foi bloqueada devido à forte oposição dos movimentos de camponeses locais e da actuação coordenada da sociedade civil dos três países (Funada-Classen, 2019, Baumert *et al.*, 2019).

A ideia fundamental do ProSAVANA era incorporar a agricultura moçambicana em cadeias de valor globais, apoiando os pequenos agricultores através da criação de Zonas Económicas Especiais (ZEE) e regimes de produção por contrato (*out-grower*), ou seja, transformando os agricultores de subsistência em agricultores comerciais. Contudo, vários autores referem que, na prática, os beneficiários destes investimentos seriam os investidores estrangeiros, elementos da elite nacional e funcionários públicos da administração local politicamente bem posicionados neste processo (Chichava *et al.*, 2013, Okada, 2015).

De facto, os grandes investimentos têm potencial para o crescimento económico. Estes podem proporcionar importantes contributos para o abastecimento da indústria nacional e para balança de pagamento. Contudo, pecam por, normalmente, estarem concentrados em produtos primários, cuja transformação e agregação de valor se concentram, normalmente, no estrangeiro (Castel-Branco, 2002). Este autor destaca, ainda, a fraca integração de pequenas e médias empresas locais no fornecimento de matéria-prima e de exíguas novas oportunidades de emprego rural.

Países como Moçambique, que apresentam um ambiente institucional frágil, falta de infra-estruturas, possuindo abundância de recursos, sub-utilização de terras e baixos níveis de produtividade, proporcionam condições propícias para intervenção agressiva no sector agrícola, (Japan International Cooperation Agency - JICA, 2010; Suárez & Borrás, 2010, do Rosário, 2012, Okada, 2015).

Assim, no contexto moçambicano, são considerados investimentos de larga escala no sector agrícola os investimentos em grandes extensões de terra ou com elevado volume de investimento, e alguns casos quando igualmente produzem sob lógicas corporativas internacionais (Bruna, 2016). Nestas empresas, o principal objectivo de produção é a obtenção de lucro através do abastecimento, em grande escala, das cadeias de valor nacionais ou internacionais. A característica mais evidente deste modelo é o uso intensivo em capital e de tecnologias avançadas. Este modelo concentra-se, maioritariamente, na produção de *cash-crops* (cana-de-açúcar, noz macadâmia, soja, milho, citrinos, banana, de entre outros) e em plantações florestais de espécies exóticas de crescimento rápido (Mosca e Nova, 2019).

O estudo realizado por Deininger & Xia (2016) sobre os impactos dos grandes investimentos na agricultura em Moçambique relata os efeitos positivos de curto prazo para os pequenos agricultores vizinhos num raio de até 50 km, em termos de adopção de novas práticas agrícolas e acesso a insumos. No entanto, um vasto corpo de literatura faz referência aos perigos ambientais da agricultura capital-intensiva e consequente substituição de trabalho por capital, provocando o

despovoamento e migração da população. A integração dos produtores locais é reduzida, bem como o impacto nas cadeias de produção local.

A modalidade de aplicação desta política é diversa, principalmente no que se refere às relações que se estabelecem entre os investidores e as comunidades (Mandamule, & Bruna, 2017; Bruna, 2019).

A intervenção do Estado neste modelo é bastante reduzida limitando-se aos procedimentos relacionados com os regulamentos das concessões de largas porções de terra e atribuição de DUAT, aplicação da Lei do Trabalho, atribuição de benefícios fiscais (isenções de impostos e direitos alfandegários), facilidade de entrada de capitais e repatriamento de lucros.

Em síntese, o Quadro 1 apresenta uma sistematização destas características com base nos critérios utilizados.

Quadro 1. Características do modelo de investimento de larga escala

<b>Critério</b>	<b>Modelo de investimento de larga escala (Agronegócio internacional)</b>
<b>A - Características gerais</b>	
<b>Regime de produção</b>	Produção intensiva em larga escala, por vezes de monocultura, mantendo relações de trabalho da era colonial
<b>Capital</b>	Capital internacional associado ao capital nacional.
<b>Principais objectivos de produção</b>	Abastecimento das cadeias de valor nacionais e internacionais.
<b>Principais beneficiários</b>	Investidores estrangeiros e nacionais
<b>Tipo de bens produzidos</b>	<i>Cash-crops</i> e espécies florestais de crescimento rápido
<b>B - Impactos</b>	
<b>Disseminação de tecnologia</b>	Tecnologia capital intensiva não disseminada
<b>Impactos ambientais e na biodiversidade</b>	Degradação e poluição ambiental em largas áreas; reduzida salvaguarda ambiental.
<b>Impactos sociais</b>	Reassentamento involuntário de camponeses e deslocação de famílias; riscos para a saúde dos agricultores, decorrentes da intensificação do uso de agro-químicos; deficiente cumprimento dos acordos estabelecidos entre as comunidades e as empresas; proletarianização dos camponeses
<b>Impactos económicos globais</b>	Aumento das exportações ou substituição de importações; forte inserção nas cadeias de valor nacionais e internacionais; abastecimento de matérias-primas para o mercado externo; produtos com qualidade homogénea e superior; aumento da produtividade (terra, capital e trabalho)
<b>Impactos económicos locais</b>	Fracos efeitos nas economias locais, decorrentes essencialmente do nível emprego (sobretudo sazonal)

<b>Critério</b>	<b>Modelo de investimento de larga escala (Agronegócio internacional)</b>
<b>Impactos na redução da pobreza</b>	Reduzidos contributos tangíveis na redução da pobreza; níveis elevados de emprego sazonal; nível salarial muito reduzido
<b>Impactos na segurança alimentar</b>	Sem efeitos salientes
<b>Envolvimento e integração social</b>	Reduzidas oportunidades de emprego (promoção de emprego sazonal); reduzida ou inexistente integração das cadeias de valor locais; reduzida transferência de tecnologia para sector familiar
<b>Conflitos</b>	Conflitualidade forte entre comunidades e promotores do investimento;
<b>C – Envolvimento político</b>	
<b>Governança</b>	Fraca exigência de intervenção do Estado para além da regulamentação do regime especial de concessão de terras
<b>Tempo para obtenção de resultados</b>	Muito rápido

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 4.2. Modelos de agricultura contratualizada

Por conta dos efeitos dos modelos de larga escala no âmbito social e ambiental, tem-se recomendado modelos ou políticas alternativas para a agricultura, baseados em formas de organização comercial, que envolvem formas “híbridas” de interacção entre os pequenos produtores e empresas comerciais (Glover, S. & Jones, 2018, Wach, 2012).

O modelo de agricultura por contracto é bastante diversificado, variando consoante a sua tipologia: os direitos fundiários, a dimensão do projecto, o tipo de contracto, os acordos nele previstos, número de serviços adicionais prestados ao pequeno agricultor, entre outros (Hobden & Sands, 2017)<sup>22</sup>.

De entre várias formas de funcionamento da agricultura contratual, em Moçambique predominam nas regiões central e norte do país três formas: i) contracto de produção assistida (por exemplo, a produção de soja no distrito de Gurué); ii) contractos de produção supervisionada (inseridos nas

<sup>22</sup> Para Hobden & Sands (2017), existem cinco tipologias distintas deste modelo, que variam com base principalmente na natureza da relação entre os produtores (*out-grower*) e as empresas. Nomeadamente: (1) informal - em que os contratos podem ser anuais ou sazonais, não existem especificações ou requisitos em termos de quantidade e sem serviços agrários adicionais; (2) intermediário – feita na base de existência de um intermediário que adquire a produção bruta e comercializa para empresas; (3) multi-partido - realizado por meio de contractos e relação directa entre compradores comerciais, ONGs ou fornecedores e os agricultores. Neste tipo de contrato o agricultor tem um elevado grau de interacção entre o parceiro institucional que fornecem entrada, serviços de extensão, e/ou crédito, mas apenas interacção limitada quando se trata de comprador comercial ou processador; (4) centralizado - quando existe uma grande empresa que fornece serviços de extensão e compra produtos, e compra toda a produção do agricultor, geralmente sujeito a rigorosos requisitos de qualidade; e, (5) núcleo-propriedade – onde grandes empresas que possuem suas próprias produções e controlam toda a cadeia de produção, realizam contratos de fornecimento da produção com agricultores localizados em parcelas menores de terra em torno da produção da empresa.

cadeias globais de valor); e iii) *turn-key contract*, em que as lavouras são transferidas aos agricultores por tempo determinado (caso da produção de banana) Mosca & Bruna, 2015.

Neste modelo, o governo atribui a determinadas empresas concessões como compradores exclusivos de determinado produto, numa área geográfica delimitada, por um determinado período. Constitui-se, assim, um regime monopsonista para determinado produto numa dada região. Por sua vez, as empresas concessionárias fornecem, a crédito, apoio técnico e capital circulante (insumos) aos produtores sub-contractados, comprometendo-se estes a vender toda a produção a essas empresas, deduzindo no preço de venda os custos dos factores de produção anteriormente fornecidos (Niño, 2016, Hanlon & Smart, 2013).

Quando se trata de culturas alimentares, como, por exemplo, milho, arroz ou mandioca, verifica-se um nível elevado de abandono do contracto por parte dos produtores. Este facto resulta da prevalência da venda lateral (*side-selling*) da produção por parte dos pequenos produtores contratados. Consequentemente, as empresas têm dificuldade em recuperar a totalidade dos investimentos e créditos/adiantamentos realizados. Por este motivo, a agricultura em contracto centra-se, tipicamente, em culturas de rendimento (*cash-crops* e algumas *food-crops*) nas quais o risco de ocorrência de *side-selling* e auto-consumo é menor. Em casos específicos, como no caso da produção da soja, inúmeros comerciantes entraram no sector gerando um efeito inflacionista nos preços ao produtor, gerando-se um elevado nível de quebras de contractos decorrentes do *side-selling* (Di Matteo & Schoneveld, 2016, Joala *et al.*, 2016). Do lado das empresas contratantes, o nível de preço (normalmente baixo) e os processos de comercialização (como, por exemplo, o processo de pesagem da mandioca da empresa DADTCO)<sup>23</sup> desincentivam o cumprimento dos contractos pelos produtores.

Por vezes, as organizações associativas são envolvidas neste modelo, gerando economias de escala decorrentes da concentração da produção e, consequentemente, promovendo uma redução de custos de transacção<sup>24</sup>. A intervenção destas entidades facilita a distribuição de factores de produção, a coordenação da colheita, divulgação de conhecimentos técnicos e redução do risco de *side-selling* através da responsabilidade contratual colectiva (Di Matteo & Schoneveld, 2016).

No entanto, a política da transformação dos pequenos produtores em produtores comerciais, sobretudo com base na contratação para a produção de *commodities*, tem uma abrangência limitada, tanto em termos de número de produtores, como de cobertura espacial, mantendo excluída a maioria dos pequenos produtores (Mosca, 2019). Para além disso, diversos estudos apontam para efeitos adversos do regime de *out-grower*, quando pequenos produtores são incorporados em cadeias de valor globais, uma vez que estes possuem uma posição vulnerável no processo na medida em que, na prática, estão subordinados a actores corporativos poderosos, que trabalham numa lógica

---

<sup>23</sup> Para a comercialização da mandioca, esta deve passar por um processo de pesagem, onde a mandioca é descascada e colocada numa prensa para tirar a água, diminuindo significativamente o peso. Este processo, na opinião dos produtores, é desvantajoso pois tem reflexos no preço final da mandioca (Ibraimo, 2018).

<sup>24</sup> É o caso da produção de cana-de-açúcar em Nhamatanda, na província de Sofala, onde esta cultura é produzida e comercializada em sistema de contracto entre associações de produtores locais e a Açucareira de Mafambisse (Dadá *et al.* 2019).

monopsonista, ficando indirectamente sujeitos à volatilidade dos preços que caracteriza os mercados internacionais deste tipo de produto (De Schutter, 2011, Da Via, 2011, Watts, 1992, Okada, 2015)<sup>25</sup>.

No caso de Moçambique, grande parte da produção nesta modalidade está concentrada em áreas herdadas do sistema colonial que produziam em sistemas de monocultura de média e grande dimensão. As culturas típicas produzidas neste modelo são o algodão, cana-de-açúcar e o tabaco.

Pelos moldes de funcionamento deste modelo, designadamente pela integração de alguns produtores subcontratados, este modelo tem potencialidades para gerar efeitos positivos a nível da economia rural (Sánchez e Gutiérrez, 2017). A este modelo são reconhecidas as vantagens resultantes da geração de oportunidades de emprego, aumento da produção e produtividade decorrentes do controle de qualidade da produção e eficiência produtiva, acesso a crédito, garantia de venda da produção/rendimento monetário para o produtor, assistência técnica e introdução de inovações tecnológicas, e redução dos custos de transacção, e redução dos conflitos de terra.

No entanto, pelo facto de este modelo ser limitado, tanto no número de culturas produzidas, como na abrangência espacial e do número de produtores, ele gera algumas externalidades negativas, designadamente o surgimento de diferenciação social<sup>26</sup>, provocando um aumento das migrações por parte dos grupos que não têm oportunidade de se integrar nestes mercados. Para além disso, é-lhes reconhecido riscos ambientais e reduzidas salvaguardas ambientais pela generalização do uso de agro-químicos.

Nas questões ligadas à segurança alimentar, este modelo pode ter influência na organização da produção dos pequenos produtores, em especial no conflito entre a afectação dos meios de produção disponíveis (terra e trabalho) para a produção de alimentos ou para as culturas contratualizadas geradoras de rendimentos monetários.

Em síntese, o Quadro 2 apresenta uma sistematização destas características com base nos critérios utilizados.

---

<sup>25</sup> Mosca & Bruna (2015, p. 5) apontam algumas vantagens e desvantagens deste modelo: *O aumento de rendimentos das famílias produtoras, a possibilidade de imitação tecnológica, a utilização de insumos e outros aspectos, são apontados como vantagens deste modelo de produção. Possui também riscos, como, por exemplo: efeitos ambientais provocados pela monocultura devido, por exemplo, à utilização intensiva de químicos, à desflorestação, em consequência da ampliação das áreas trabalhadas, ao esgotamento dos solos, entre outros. A relação assimétrica nos mercados monopsonicos coloca os pequenos produtores em desvantagem, cuja tendência, a longo prazo, poderá significar a queda dos preços reais ao produtor. As flutuações dos preços internacionais, quando não existem mecanismos estabilizadores ou estes não são accionados com rapidez, terminam por afectar, principalmente, o produtor primário com o sistema de estabelecimento de preços a partir da garantia das margens nos agentes económicos das fases a montante das cadeias de valor. Os riscos associados ao crédito agrário sem garantias poderão conduzir a processos de exclusão e de selecção dos menos produtivos e eficientes e, eventualmente, originar o surgimento dos sem-terra.*

<sup>26</sup> No entanto, no processo de contratação dos produtores, muitas vezes a selecção é feita mediante critérios, como sejam, a experiência acumulada, disporem de alguns activos específicos (terra, sistemas de irrigação, máquinas e equipamentos).

Quadro 2. Características do modelo de agricultura contratualizada

<b>Critério</b>	<b>Modelo de agricultura contratualizada</b>
<b>A – Características gerais</b>	
<b>Regime de produção</b>	Cultura de <i>cash-crop</i> de média escala, semi-intensiva, em regime de contratualização com concessões monopsonistas; modelo inspirado na organização colonial da produção de culturas agro-industriais
<b>Capital</b>	Capital internacional associado ao capital nacional
<b>Principais objectivos de produção</b>	Abastecimento de matérias-primas a cadeias de valor internacionais
<b>Principais beneficiários</b>	Empresas concessionárias e limitado número de pequenos e médios produtores contratados; fortes oportunidades de emprego sazonal.
<b>Tipo de bens produzidos</b>	<i>Cash-crops</i>
<b>B - Impactos</b>	
<b>Disseminação de tecnologia</b>	Semi-intensivo; alcance geograficamente delimitado
<b>Impactos ambientais e na biodiversidade</b>	Degradação ambiental localizada; e questionável a nível de salvaguarda ambiental.
<b>Impactos sociais</b>	Surgimento de um pequeno grupo de agricultores comerciais; Riscos para a saúde dos agricultores, decorrentes da intensificação de utilização de agro-químicos
<b>Impactos económicos</b>	Aumento das exportações; partilha de riscos de produção (principalmente relacionados com o clima e pragas) entre as concessionárias e os <i>out-growers</i> ; Pequenos aumentos da produtividade (terra, capital e trabalho) disseminados em zonas delimitadas, surgimento de investimentos indirectos locais (banca e serviços)
<b>Impactos económicos locais</b>	Impacto saliente nas economias locais
<b>Impactos na redução da pobreza</b>	Impactos positivos no meio rural, com efeitos no aumento das desigualdades sociais
<b>Segurança alimentar</b>	Impacto positivo de abrangência limitada
<b>Envolvimento e integração social</b>	Transferência e divulgação para uso local de novas tecnologias e processos de obtenção de uma maior produtividade; redução do desemprego rural.

<b>Critério</b>	<b>Modelo de agricultura contratualizada</b>
<b>Conflitos</b>	Tensões resultantes da desqualificação do produto e consequente redução do preço; conflitos de terra tradicionais (intrafamiliares, interfamiliares e intercomunidades)
<b>C – Envolvimento político</b>	
<b>Governança</b>	Regulamentação da agricultura em contracto
<b>Tempo para obtenção de resultados</b>	Rapidez mediana em função da estratégia e capacidade das empresas concessionárias

Fonte: Elaborado pelos autores.

### 4.3. Modelo de apoio à emergência de pequenos agricultores comerciais

A partir de 2011, verificou-se uma mudança de discurso referente ao modelo de desenvolvimento rural, plasmado no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrícola (PEDSA) 2011-2020. De entre várias prioridades, este plano é focado no pequeno e médio produtor, procurando promover o aumento da produtividade, acesso aos mercados, uso sustentável de recursos e segurança alimentar. O PEDSA caracterizou-se pelo distanciamento das políticas liberais que prevaleceram nas décadas anteriores (*The Oakland Institute*, 2011, Norfolk & Hanlon, 2012, Mosca, 2014, Di Matteo & Schoneveld, 2016).

Mais recentemente, reforçaram-se as políticas de apoio à emergência de produtores familiares de pequena e média dimensão, na perspectiva de colmatar os níveis de pobreza no meio rural e permitir a integração do pequeno produtor nos mercados. O caso mais paradigmático é, seguramente, o modelo do Pequeno Agricultor Comercial (PAC), desenvolvido em Moçambique no período 2012-2018, pela TECHNOSERVE (TNS), na Alta Zambézia, com apoio financeiro dos Países Baixos. A estratégia assentou na integração dos produtores na cadeia de valor da soja, através de apoios directos em mecanização, introdução de inovações tecnológicas e acesso a financiamentos formais.

Os 31 PAC seleccionados neste projecto eram agricultores que possuíam capacidade de adoptar e mobilizar técnicas e tecnologias agrícolas aperfeiçoadas<sup>27</sup>, aumentando a sua própria produção e, subsequentemente e por difusão (através da transferência de conhecimento e campos de demonstração de resultados), influenciar a comunidade envolvente. Em teoria, os PAC fornecem multisserviços e assistência aos Pequenos Agricultores Familiares (PAF) e desempenham um papel de agregação da produção (TNS, 2018, TNS, 2019). Foram beneficiados 3.531 PAF no final do programa. Foi seleccionada a cultura de soja por razões específicas, designadamente: (1) ser uma cultura rentável e de elevado valor; (2) constituir um produto com uma procura nacional elevada; (3) ser utilizada para dois produtos principais, a farinha e o óleo de soja que o país importa (TNS, 2019).

<sup>27</sup> Estes PAC foram ainda seleccionados pelo seu historial agrícola, características comportamentais que indiquem capacidade empreendedora, acesso a terras viáveis, capital para investir e o seu desejo expresso de investir nesse novo modelo económico (TNS, 2019).



A expansão do mercado avícola constituiu o principal *driver* do crescimento da produção de soja em Moçambique. Mais de 60% da produção é canalizada para o sector avícola, especialmente para empresas como Frango King, Abílo Antunes, Higest, Mr. Chicken e Novos Horizontes, existindo, assim, um mercado interno competitivo e com dimensão assinalável (Di Matteo & Schoneveld, 2016).

Hanlon & Smart (2013) consideram o modelo de produção de soja como um caso de sucesso, questionando, porém, se o mesmo pode ser replicado noutras províncias e noutras culturas, visto que o sucesso é justificado por razões específicas, designadamente: (1) direcção a uma única cultura; (2) existência de mercado lucrativo; (3) adaptação da cultura a diversos níveis de mecanização e, portanto, adapta-se aos PAC, com dimensões que variam de 4 e 20 hectares; (4) a expansão da cultura teve como premissa o apoio continuado de diferentes organizações no fornecimento de pacotes tecnológicos, aconselhamento na produção e comercialização; e, (5) entrada do sector privado com abordagens de culturas por contrato após comprovada a lucratividade.

O Programa SUSTENTA constitui um programa que segue este tipo de orientação, procurando gerar uma dinâmica de desenvolvimento agrário integrado que contribua para a melhoria da qualidade de vida no meio rural, assegurando a segurança alimentar e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

O SUSTENTA foi aprovado em Junho de 2016 e iniciou a sua concretização em Fevereiro de 2017 em alguns distritos de Nampula e da Zambézia. Em Agosto de 2019, o Governo procedeu ao lançamento da Política Nacional de Agricultura Familiar/SUSTENTA e, gradualmente, foi promovendo o seu alargamento a outras províncias. Resulta deste processo que a aplicação deste programa nacional é diferenciada no espaço e no tempo, havendo regiões nas quais vigora há cerca de quatro anos, outras onde a sua aplicação é recente, e outras, ainda, onde não tem expressão. Mesmo nas províncias e distritos onde já está em concretização há várias campanhas, o Programa não abarca, na prática, a totalidade dos territórios e dos produtores. Deste processo, decorre uma segmentação geográfica, temporal e social na implementação do Programa.

A concepção do SUSTENTA assenta na selecção de determinado número de Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACE), com machambas de dimensão média de até 50 hectares, aos quais são concedidos diversos tipos de apoio, assumindo estes o compromisso de alargar a promoção do progresso técnico e a inserção no mercado dos Pequenos Agricultores (PA) da sua zona de influência. Estes, na sua maioria, trabalham machambas de entre 0,5 e 2 hectares. O objectivo traçado é que cada PACE intervenha junto de cerca de 200 PA.

Sobre a possibilidade de replicação do modelo de PAC noutras culturas, Hanlon & Smart (2013) apresentam reticências, designadamente por esse modelo requerer o foco direccionado numa única cultura, com mercado garantido, tornando lucrativa a produção aos olhos dos pequenos produtores, e no fornecimento de um pacote tecnológico e assistência técnica de forma continuada. Neste processo procurou-se promover uma mudança cultural do agricultor, envolvendo a capacidade de planear, de poupar e de reinvestir.

Baumert *et al.* (2019) consideram que os modelos agrícolas de pequena escala geram maiores rendimentos sem comprometer a segurança alimentar, criam maiores oportunidades de emprego, implementam maior dinâmica nas cadeias de valor locais e efeitos multiplicadores na economia local. Ou seja, a introdução de modelos agrícolas adaptados ao contexto local conduz aos objectivos de redução da pobreza (Dawson *et al.*, 2016, Norfolk & Hanlon, 2012).

Contudo, apesar de se verificarem melhorias nas condições de pobreza, as desigualdades sociais aumentam com a expansão deste tipo de actuação, principalmente em famílias com níveis de analfabetismo elevados e que trabalham áreas muito pequenas (Hazell *et al.*, 2010, Imai & Gaiha, 2016, Baumert *et al.*, 2019).

Mosca (2014) refere que, apesar de estes modelos gerarem aumentos significativos na produção, alerta para os riscos de efeitos ambientais provocados pela intensificação devido, por exemplo, à utilização intensiva de químicos, à desflorestação em consequência da ampliação das áreas trabalhadas e ao esgotamento dos solos.

O modelo de Pequeno Agricultor Comercial (PAC) é o modelo alternativo com foco nos pequenos produtores que surge em resposta à dificuldade de entrada dos pequenos produtores nas grandes cadeias de produção e comercialização, assimetria de informação e fraca organização dos pequenos produtores. Os PAC actuam como intermediários, tendo, simultaneamente, o objectivo de ligar os pequenos produtores às médias/grandes cadeias produtivas, e de maximizar a produção com vista a aumentar os seus rendimentos.

Este modelo tem sido bastante disseminado na África subsaariana, como no caso do Quénia, onde as explorações dos agricultores comerciais representam cerca de 20% das terras agrícolas, no Gana, onde esta percentagem é de 39%, e na Tanzânia e Zâmbia com uma percentagem superior a 50% (Scoones *et al.*, 2018). Este segmento da produção familiar dedica-se maioritariamente à produção de alimentos (cereais, vegetais e hortícolas) e também à produção de *cash-crops* (soja, gergelim, feijão bóer, entre outras), com um nível de tecnologia tendencialmente crescente e semi-intensiva.

Para muitos autores, os modelos que têm como foco os pequenos e médios produtores geram maiores efeitos a nível da economia rural, pelo aumento do rendimento dos produtores em consequência da melhoria dos níveis de produtividade, com impactos positivos no combate à segurança alimentar e no empoderamento das mulheres.

No entanto, o percurso para se obter os resultados deste modelo, é longo. O processo de transformação de um pequeno agricultor num agricultor comercial é moroso e requer apoios substanciais por parte dos intervenientes das cadeias produtiva e pelo Estado. Neste último caso, incluem-se os serviços de extensão, criação de infra-estruturas, melhoria do funcionamento e eficácia dos serviços de administração, bem como, previsibilidade e coerência nas políticas.

Tanto neste, como nos outros modelos, os impactos sobre o ambiente estarão presentes, sendo o desmatamento para abertura de novos campos de produção um dos mais graves. Estima-se que, actualmente, em Moçambique a agricultura itinerante é responsável por 65% da desflorestação

(Aquina *et al.*, 2018). À medida que este modelo se torna mais intensivo, os efeitos sobre o ambiente tornam-se mais evidentes.

Em síntese, o Quadro 3 apresenta uma sistematização destas características com base nos critérios utilizados.

Quadro 3. Características do modelo de Pequeno Agricultor Comercial

<b>Critério</b>	<b>Modelos com foco no pequeno e médio produtor</b>
<b>A – Características gerais</b>	
<b>Regime de produção</b>	Cultura de <i>cash-crop</i> de pequena e média escala, extensiva ou semi-intensiva, coexistente com produção de culturas alimentares
<b>Capital</b>	Financiamento externo de programas de fomento e capital nacional dos produtores abrangidos
<b>Principais objectivos de produção</b>	Abastecimento do mercado nacional (cadeias de valor com domínio do capital nacional) e, subsidiariamente, exportação
<b>Principais beneficiários</b>	Pequenos e médios produtores familiares; oportunidades de emprego sazonal
<b>Tipo de bens produzidos</b>	Culturas alimentares e <i>cash-crops</i>
<b>B - Impactos</b>	
<b>Disseminação de tecnologia</b>	Nível crescente de tecnologia semi-intensiva
<b>Impactos ambientais e na biodiversidade</b>	Degradação ambiental localizada; Maior salvaguarda ambiental pela difusão de técnicas de agricultura de conservação
<b>Impactos sociais</b>	Integração gradual de parte do sector familiar nas cadeias de valor nacionais; riscos para a saúde dos agricultores, decorrentes da intensificação de utilização de agro-químicos
<b>Impactos económicos globais</b>	Abastecimento dos mercados locais e nacionais; redução da importação de bens específicos; produto heterogéneo, com qualidade reduzida; pequenos aumentos da produtividade (terra, capital e trabalho) disseminados
<b>Impactos económicos locais</b>	Abastecimento do mercado local e regional de produtos alimentares
<b>Impactos na redução da pobreza</b>	Benefícios em termos de rendimento, oportunidades de emprego, dinâmica nas cadeias de valor locais e efeitos multiplicadores na economia local; efeitos positivos na redução da pobreza

<b>Critério</b>	<b>Modelos com foco no pequeno e médio produtor</b>
<b>Segurança alimentar</b>	Impactos positivos de abrangência alargada
<b>Envolvimento e integração social</b>	Modelo inclusivo, envolvendo um número elevado de produtores e uma maior dinâmica socioeconómica; fornece salvaguardas e direitos dos produtores locais (terras, recursos e ambiente em geral)
<b>Conflitos</b>	Conflitos de terra tradicionais (intrafamiliares, interfamiliares e intercomunidades).
<b>C – Envolvimento político</b>	
<b>Governança</b>	Exigência para funções de Estado directamente ligadas à agricultura (regulação mercados e fileiras agro-alimentares, extensão rural, outras)
<b>Tempo para obtenção de resultados</b>	Processo necessariamente gradual e muito moroso

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Para apoio à discussão sobre os elementos sistematizados nos capítulos anteriores, a percepção do contributo de cada modelo para o desenvolvimento da agricultura, da melhoria das condições de vida no meio rural e para a economia (impactos e envolvimento político), foi caracterizada, de forma simplificada, do seguinte modo:

Efeitos positivos fortes:	+ +
Efeitos positivos fracos:	+
Efeito neutro	=
Efeitos negativos fracos:	-
Efeitos negativos fortes:	- -

Através deste processo é possível obter uma ideia clara das vertentes nas quais determinada orientação política é mais forte e naquelas onde fica aquém do desejável para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural do País. Esta sistematização é apresentada no Quadro 4.

Com base nestes elementos, é notória a grande clivagem entre as políticas de promoção de novos investimentos em larga escala e os outros dois modelos de política, que envolvem directamente as estruturas produtivas já existentes. Esta clivagem resulta, no essencial, da valoração dos impactos sociais e ambientais obtida em cada um dos modelos.

Quadro 4. Impactos mais salientes dos modelos analisados

<b>Critério</b>	<b>Agricultura em grande escala</b>	<b>Agricultura contratualizada</b>	<b>Pequeno agricultor comercial</b>
<b>Impactos:</b>			
<b>Disseminação de tecnologia</b>	-	++	++
<b>Impactos ambientais e na biodiversidade</b>	--	-	-
<b>Impactos sociais</b>	--	+	++
<b>Impactos económicos globais</b>	++	+	+
<b>Impactos económicos locais</b>	+	++	++
<b>Impactos na redução da pobreza</b>	--	+	++
<b>Segurança alimentar</b>	--	++	++
<b>Envolvimento e integração social</b>	--	+	++
<b>Conflitos</b>	--	-	=
<b>Envolvimento político:</b>			
<b>Governança</b>	-	+	++
<b>Tempo para obtenção de resultados</b>	++	+	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

De algum modo, as virtudes das opções de modelos de agricultura em larga escala concentram-se no contributo que promovem para a economia do país e na rapidez com que é possível obter maiores volumes de produção. Mesmo assim, em relação ao primeiro aspecto, haverá que distinguir a importância destas unidades para a produção de matéria-prima para a indústria nacional da produção de matéria-prima para exportação em bruto. O exemplo do primeiro caso é a produção de soja e de milho para o abastecimento da indústria de produção de alimentos compostos para animais, utilizados na produção de carne de frango. Neste caso, as grandes áreas de cultivo de soja e de milho substituem as importações destas duas (principais) componentes das rações, alimentando, em território nacional, a cadeia de valor na qual a produção se integra. A outra realidade decorre da produção de matéria-prima para exportação em bruto, realizando-se o valor acrescentado fora de fronteiras, beneficiando em escala reduzida a economia nacional.

Relativamente à rapidez para obtenção dos resultados deste modelo, há que ter em consideração que esta decorre de vários factores. Em primeiro lugar, resulta da capacidade que os promotores possuem para mobilizar as grandes quantidades de capital necessárias para o desenvolvimento do empreendimento. A realidade mostra que as áreas cultivadas, sendo já expressivas poucos anos após

a fase de arranque do empreendimento, são, passados anos, inferiores às áreas atribuídas nas concessões e expressas nas versões iniciais dos projectos. Isto significa que, mesmo no plano económico global, onde este modelo encontra maior razoabilidade, verificam-se, frequentemente, dificuldades de progressão na concretização dos projectos inicialmente delineados. Em segundo lugar, para além da necessidade de captação de quantidades apreciáveis de capital, estas dificuldades decorrem do ambiente de conflitualidade com as comunidades das zonas envolventes que permanece ao longo dos anos. Este ambiente de conflitualidade corrói as expectativas de médio e longo prazo dos negócios instalados. De facto, a conflitualidade, que, quase sempre, persiste desde a origem do investimento, não é combatida pelos promotores através de reais impactos sociais positivamente reconhecidos pelas comunidades, pese embora as componentes de responsabilidade social que algumas destas empresas adoptam. Finalmente, em terceiro lugar, a progressão dos investimentos pode requerer condições político-administrativas que o Governo tem dificuldade em promover, designadamente nos domínios das infra-estruturas e da fiscalidade, designadamente a nível aduaneiro.

É consensual que este tipo de modelo possui efeitos reduzidos nas economias locais: algum emprego permanente, pouco expressivo, e, em maior escala, emprego sazonal. Os pontos considerados mais negativos deste modelo resultam deste não ter capacidade para gerar efeitos multiplicadores positivos e significativos na economia e na sociedade local ou regional.

A exigência de articulação com outras áreas de política pública é, neste caso, pontual, dado que neste modelo são promovidos “nichos de desenvolvimento tecnológico” autónomos, desligados do “mar de exclusão social” circundante. Há casos, inclusivamente, de estes empreendimentos serem circundados por quilómetros de barreiras de arame farpado e cercas eléctricas. Aquela exclusão permite a estes empreendimentos beneficiar de níveis salariais extremamente reduzidos para a execução de tarefas não mecanizadas. Na lógica deste tipo de modelo, o camponês tende a tornar-se um proletário rural, trabalhando periodicamente nesses empreendimentos, auferindo uma compensação monetária que, embora seja de montante muito reduzido, é essencial à vivência das famílias.

As estratégias centradas nas estruturas produtivas já existentes, designadamente no pequeno e médio produtor, são as que, à partida, geram benefícios mais alargados, pela introdução de efeitos multiplicadores na economia local e regional. Estes modelos tecem as ligações económicas que são desenvolvidas pela actividade promovida e pelo rendimento que é gerado por esta via. Estas estratégias contribuem, por isso, de forma mais consistente para o desenvolvimento rural.

Contudo, entre os dois modelos analisados, verificam-se diferenças importantes. No caso dos modelos assentes em regimes monopsonistas, baseados na exclusividade da comercialização de determinado produto por determinada empresa, em determinada zona alargada. Aquela promove o progresso tecnológico junto dos produtores contratados e, por isso, os efeitos do modelo são dirigidos exclusivamente a estes. Os restantes não beneficiam destes apoios. Noutras culturas, e para os produtores não abrangidos por este tipo de vínculo, o regime predominante é o de mercado, salvo se nessas zonas co-existirem outro tipo de políticas que com este se interceptem.

Em conjunturas favoráveis, este modelo expande-se, contraindo-se, caso contrário. Assim, este modelo não pode ser visto como uma forma de promoção do desenvolvimento de forma consistente no tempo, por depender da inserção de determinada empresa numa cadeia de valor internacional.

Ou seja, socialmente, a abrangência desta solução tem limites claros, bem definidos. O seu contributo para o desenvolvimento rural resulta, por isso, limitado. Criam-se, também, condições para o aumento da diferenciação social que este tipo de modelo, de algum modo, promove. Tal como no caso da agricultura em larga escala, nesta solução a empresa concessionada, por vezes, realiza, pontualmente, alguns investimentos com impacto social positivo, como sejam a instalação de pontos de água ou para fornecimento de energia junto de comunidades onde se verifica forte concentração de produtores contratados. Também aqui estes benefícios têm impacto social de fraca amplitude.

O modelo da agricultura contratualizada tem sido eficiente sob o ponto de vista de aumento da produção e da produtividade, introduzindo alguma dinâmica dos mercados locais e aumento dos rendimentos dos produtores integrados. Este modelo pode ser visto como uma alternativa para colmatar o reduzido acesso ao crédito agrário, pois este combina o financiamento de insumos e assistência técnica aos produtores com a produção de determinado produto, ultrapassando os obstáculos da solução tradicional que o Estado tem dificuldade em promover. Contudo, o sucesso deste modelo é muito condicionado pelo tipo de cultura agrícola promovida e pela conjuntura do mercado internacional a que se destina. A relação entre as empresas concessionadas e os produtores pode, em conjunturas internacionais desfavoráveis, ser muito afectada em resultado da redução de preços dos mercados. De algum modo, os produtores assumem uma parte considerável dos riscos de mercado da operação e, normalmente, a totalidade dos riscos decorrentes da forma como decorre a campanha agrícola, por ausência de esquemas de seguro de campanha. Nos casos de uma campanha com condições climatéricas muito desfavoráveis, ou da disseminação de pragas ou doenças que os produtos fitofarmacêuticos aplicados não foram eficazes em debelar, o produtor confronta-se, no final da campanha, com uma redução do seu rendimento por via da redução do preço de venda decorrente da desclassificação do produto em consequência da reduzida qualidade do mesmo. Quando estas condições se instalam, surgem, com frequência, conflitos que requerem a intermediação da administração local e das organizações dos produtores.

No caso dos modelos assentes na emergência de produtores comerciais, não se verifica o foco em determinado produto que caracteriza os casos anteriores. Neste caso, o leque de produções é determinado pelo mercado e pela percepção que os produtores têm sobre as oportunidades que o mercado proporciona. Nos casos em que persistem condições favoráveis de preço e facilidade de escoamento, a produção em causa tende a expandir-se. Neste modelo não se verificam quaisquer condicionantes administrativas ou comerciais à produção. Assim, o leque de cultivos é alargado e condicionado pelas condições específicas de cada zona agro-ecológica.

A este modelo reconhece-se, contudo, dois tipos de limitações. Uma primeira, resulta do facto de os apoios disponíveis serem dados a um número limitado de produtores comerciais emergentes numa dada região. Por um lado, na prática, a abrangência geográfica deste modelo é limitada, restringindo-se a localidades para onde, por critérios políticos desconhecidos, tais apoios foram canalizados. Em segundo lugar, os beneficiários directos destes apoios são seleccionados com base num conjunto de critérios que, em princípio, asseguram e dão garantias de sucesso na multiplicação dos efeitos

benéficos desta política. Este processo de selecção nem sempre é transparente, nem devidamente escrutinado, para garantir que a aplicação dos fundos disponíveis foi a melhor. Se assim não for, resulta a redução da capacidade limitada do modelo em termos de abrangência social, constituindo um processo gerador de desigualdades.

Uma segunda limitação que se reconhece a este modelo resulta do facto de este assentar na relação que é necessária estabelecer entre o produtor que recebe os apoios – os PACE – e aqueles cuja actividade agrícola deve ser promovida - os PA. Esta relação, para ser eficaz, é extremamente exigente para os PACE que, de algum modo, devem actuar como extensionistas no processo de difusão de tecnologias nas machambas dos PA e na promoção da sua integração no mercado. Contudo, a base da relação entre ambos não deixa de assumir um carácter comercial, o que resulta algo contraditório com aquela característica. A selecção dos PACE decorre, em princípio, de estes serem reconhecidos como agricultores comerciais destacados, ou seja, como empresários. Um bom empresário raramente satisfaz as condições necessárias para ser um bom extensionista.

De algum modo, através deste modelo de política, prevê-se a constituição de uma nuvem de pequenas relações locais do tipo "*out-grower*" entre o PACE e os PA na sua zona de influência. Caso este tipo de relação não seja estabelecido, o processo de disseminação de equipamentos em determinadas zonas cria condições para aí surgir um mercado de serviços de máquinas. Este pode constituir um elemento positivo para a adopção de práticas culturais mais desenvolvidas que podem contribuir para melhorias de produtividade dos produtores da zona. Nestes casos, ficam, contudo, por resolver as questões de acesso a insumos por parte dos pequenos produtores. A intervenção de uma estrutura de extensão rural eficaz é, assim, essencial ao sucesso deste modelo.

Apesar destas limitações, este tipo de modelo possui características muito positivas do ponto de vista da promoção de condições favoráveis para o desenvolvimento. Em conjunturas de mercado favoráveis, as relações que são estabelecidas através deste processo podem assumir um forte dinamismo local. Para além disso, esta solução possui uma flexibilidade e capacidade de adaptação favoráveis à persistência do modelo no tempo.

Contudo, um tal processo requer um longo período para produzir resultados visíveis. Esta será, porventura, a maior limitação que se reconhece a este tipo de modelo. Para além disso, ao longo deste período, há necessidade de fazer intervir, de forma coerente e consistente, políticas de enquadramento para este processo e a manutenção de condições de mercado favoráveis. Esta necessidade torna este modelo muito exigente do ponto de vista político e institucional.

Poder-se-á questionar se existe a possibilidade de estas estratégias funcionarem num mesmo espaço, em equilíbrio. A aplicação simultânea destes modelos em determinado espaço é contraditória, dado que, num quadro de forte aumento populacional, a pequena agricultura requer a possibilidade de aumento da área cultivada que a atribuição de grandes concessões de algum modo inviabiliza.

Para o caso de Moçambique, em que a pobreza extrema e suas condicionantes continuam a assumir proporções dramáticas no meio rural, fica claro que, caso se pretenda resolver o problema da pobreza, desnutrição e insegurança alimentar, as políticas públicas têm de ser direccionadas para o segmento dos pequenos produtores.



No entanto, é preciso compreender que, mesmo ao se optar pelos modelos de apoio à pequena e média agricultura, estes produtores possuem lógicas de produção diferenciadas, que enfatizam a necessidade de se desenvolverem estudos que procurem analisar as perspectivas de médio/longo prazo dos agricultores familiares. É importante gerar um conhecimento aprofundado sobre este segmento, de modo a serem criadas políticas específicas. Reconhece-se, também, a necessidade de se ter em atenção as implicações deste modelo no possível aumento de desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AABØ E & Kring T. (2012). *The Political Economy of Large-Scale Agricultural Land Acquisitions: Implications for Food Security and Livelihoods/Employment Creation in Mozambique*. Working Paper WP 2012-004. New York: UNDP.
- ABBAS, M. (2015). *A macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique*. Observatório do Meio Rural. Observador Rural, N°26, Maputo.
- ACHTEN, W., Mathijs E., Verchot L., Singh V., Aerts R., Muys B. (2007). *Jatropha biodiesel fueling sustainability?* Biofuels, Bioproducts and Biorefining 1(4), 283-291.[1] doi:10.1002/bbb.39 The Jatropha Archives.
- AFRICAN Development Bank (2000). *Agriculture and Rural Development Sector*. Bank Group Policy. OCOD.
- AIUBA, R. & Mosca, J. (2018). *Orçamento geral do Estado para o sector agrário e desenvolvimento rural*. Destaque Rural nº46, Observatório do Meio Rural. Maputo.
- AQUINA, A., Lim, C., Kaechele, K., & Taquidir, M. (2018). *Notas sobre a floresta em Moçambique*. Grupo Banco Mundial. [Em linha] Disponível em:
- ARTUR, L. (2015). *Pardais da china, jatropa e tractores de moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural*. Observatório do Meio Rural, Observador Rural, N °35
- BAAH-DWOMOH, J., K. (2016). *Integrated Rural Development in Africa Back to the Future? - African Transformation Report 2016: Transforming Africa's Agriculture*. African Center for Economic Transformation (ACET) and Japan International Cooperation Agency Research institute (JICA-RI).
- BAUMERT, S., Fisher, J., Ryan, C., Woollen, E., Vollmer, F., Artur, L., Zorrilla-Miras, P. & Mahamane. M. (2019). *Forgone opportunities of large-scale agricultural investment: A comparison of three models of soya production in Central Mozambique*. World Development Perspectives. [Em linha] Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2019.100145>. [Acesso em: 2020/12/17].
- BLEYER, M., Kniivilä, M., Horne, P., Siteo, A. & Falcão, M. P. (2016). *Socio-economic impacts of private land use investment on rural communities: Industrial Forest Plantations in Niassa, Mozambique*. Land Use Policy, 51, 281–289.
- BRUNA, N. (2016). *Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos*. Observador Rural nº 41. Observatório do Meio Rural, Maputo.
- BRUNA, N. (2017). *Plantações florestais e a instrumentalização do Estado em Moçambique*. Observador Rural nº 53. Observatório do Meio Rural, Maputo.
- BRUNA, N. (2019). *Reflexões sobre o Modelo de Desenvolvimento Rural e Cooperação no Corredor de Nacala*. Cadernos de Estudos Africanos.
- CASTEL-BRANCO, C., N. (2002). *Megaprojectos e estratégia de desenvolvimento: notas para um debate*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- CHICHAVA, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., Buckley. L., Lixia, T. & Yue, Z. (2013). *Chinese and Brazilian Cooperation with African Agriculture: The Case of Mozambique*. FAC Working Paper 49.
- COTULA, L., Vermeulen, S., Mathieu, P. & Toulmin, C. (2011). *Agricultural investment and international land deals: Evidence from a multi-country study in Africa*. Food Security, 3(S1), 99–113.
- DA VIA, E. (2011). *The Politics of “Win-Win” Narratives: Land Grabs as Development Opportunity?* Paper presented at “Global Land Grabbing” Conference IDS. University of Sussex. UK, (6-8 April).
- DADÁ, Y., A. & Nova, Y. (2018). *Efeitos dos grandes projectos em Moçambique: o caso da MATANUSKA*. Destaque Rural Nº 33. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- DADÁ, Y., A. (2018). *Estradas Rurais*. Observatório do Meio Rural. Destaque Rural, Nº 36, Maputo.

- DADÁ, Y., Nova, Y., Mussá, C. (2019). *Investimento público na agricultura: o caso dos CPISA, BMM e regadios*. Observador Rural nº 81. Novembro, Maputo.
- DAWSON, N., Martin, A., & Sikor, T. (2016). *Green revolution in Sub-Saharan Africa: Implications of imposed innovation for the wellbeing of rural smallholders*. World Development, 78, 204–218.
- DE SCHUTTER, O. (2011). *How not to think of land-grabbing: three critiques of large-scale investments in farmland*. Journal of Peasant Studies, 38(2): 249–279.
- DEININGER, K., & Xia, F. (2016). *Quantifying spillover effects from large farm establishments: The case of Mozambique*. World Development, 87, 227–241.
- DI MATTEO, F. & Schoneveld, G. C. (2016). *Agricultural investments in Mozambique, An analysis of investments trends, business models and social and environmental conduct*. Working Paper 201. Center for International Forestry Research (CIFOR), Indonesia.
- DO ROSÁRIO, D., M. (2012). *From Negligence to Populism: An Analysis of Mozambique's Agricultural Political Economy*. Future Agricultures Consortium, FAC Working Paper 34, Brighton, UK.
- FAGILDE, A. (2018). *Mecanização agrícola no país – Breve reflexão*. Tecnologia e Consultoria Agro-pecuária (TECAP)
- FUNADA-CLASSEN, S. (2019). *Ascensão e queda do PROSAVANA: da cooperação triangular à cooperação bilateral contra resistência*. Observador Rural nº 82, Observatório do Meio Rural, Maputo
- GERHARDT, T., Silveira, D., (2009). *Métodos de pesquisa*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG) editora.
- GLOVAR, S. & Jones, S. (2018). *Can commercial farming promote rural dynamism in sub-Saharan Africa? Evidence from Mozambique*. World Development 110-121, Elsevier.
- HANLON, J. & Smart, T. (2013). *O "boom" da soja no Gurúé produziu alguns grandes agricultores. Pequenos agricultores ou grandes investidores? A opção para Moçambique*. Relatório de pesquisa 1 – revisitado.
- HARRISS, J. (1982). *Rural Development: Theories of Peasant Economy and Agrarian Change*. Hutchinson University Library for Africa, London.
- HAZELL, P., Poulton, C., Wiggins, S., & Dorward, A. (2010). *The future of small farms: Trajectories and policy priorities*. World Development, 38 (10), 1349–1361.
- HERRMANN, R., T. (2017). *Large-scale agricultural investments and smallholder welfare: A comparison of wage labor and outgrower channels in Tanzania*. Available at: World Development, 90, 294–310.
- HOBBS, P., Sayre, K., & Gupta, R. (2008). The role of conservation agriculture in sustainable agriculture. Philosophical transaction of the royal society B: Biological sciences, 363 (1491), 543-555. doi:10.1098/rstb.2007.2169.
- HOBDEN, Timothy and Sands, Theo (2017). *Learning Paper Maximising the Impact of Outgrower Schemes: Opportunities, Challenges, and Lessons from the AECF*. The Africa Enterprise Challenge Fund (AECF).
- IBRAIMO, M. & Feijó, J. (2018). Serviço de transporte: um problema não só urbano em Moçambique. Observatório do Meio Rural. Destaque Rural, Nº 37, Maputo.
- IBRAIMO, M. (2018). *Reflexões sobre a comercialização da mandioca para a produção de cerveja*. Destaque Rural, n °34, Observatório do Meio Rural.
- IMAI, K., S. & Gaiha, R. (2016). *Does Agricultural Growth Reduce Inequality and Poverty in Developing Countries?* Discussion Paper Series RIEB Kobe University.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2013). *Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS)*. Moçambique.
- JICA (2010). *Preparatory Study on Triangular Cooperation Programme for Agricultural Development of the African Tropical Savannah among Japan, Brazil and Mozambique (ProSAVANA-JBM) Final Report*. JICA, Oriental Consultants co. ltd. Ministry of Agriculture, Republic of Mozambique.

- JOALA, R., Zamchiya, P., Ntauazi, C., Musole, P., & Katebe, C. (2016). Sistemas agro-alimentares em mutação - O impacto dos grandes agro-investidores sobre o direito à alimentação, Estudos de caso em Moçambique. Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies, University of Western Cape.
- JOSHI, P., K. (2011). *Conservation Agriculture: An Overview*. Indian Journal Of Agricultural Economics. Vol.66, No.1
- KAAG, MMA and Zoomers, A. (2014). *The Global Land Grab: Beyond the Hype*. London: Zed Books.
- KASSAM, A., Friedrich, T., Shaxson, F., Pretty, J. (2009). *The spread of Conservation Agriculture: Justification, sustainability and uptake*. International Journal Of Agricultural Sustainability 7(4) 2009, PAGES 292–320, doi:10.3763/ijas.2009.0477.
- KNOEPFEL, P., Larrue, C., Varone, F., & Hill, M. (2011). *Public policy analysis*. The policy press, University of Bristol.
- KRISHAN, G. (1992). *Dynamics of agricultural development*. Concept's International Series in Geography. No 4, New dimensions in agricultural geography, Vol 7.
- LAIGLESIA, J. R. (2006). *Institutional bottlenecks for agricultural development - A Stock-Taking Exercise Based on Evidence from Sub-Saharan Africa*. OECD.
- MACUIANA, P. (2017). *Capacidade de armazenagem de grãos em Moçambique*. Observatório do Meio Rural. Destaque Rural, N° 30, Maputo.
- MANDAMULE, U. (2015). *Discursos à volta do regime de propriedade da terra em moçambique*. Observatório de Meio Rural, Observador Rural, n°32, Maputo.
- MANDAMULE, U. (2016). *Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique*. Observatório de Meio Rural, Observador Rural, n°37, Maputo.
- MANDAMULE, U. e Bruna, N. (2017). *Investimentos, migrações forçadas e conflitos de terra: representações sociais de populações reassentadas no corredor de Nacala*. In: FEIJÓ, J. (2017). *Movimentos migratórios e relações rural-urbanas: estudos de caso em Moçambique*: Maputo: Alcance Editores.
- MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL (2018). *Balanço do SUSTENTA – 1º ciclo produtivo Fevereiro 2017 – Julho 2018*. República de Moçambique
- MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS (2016). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional (IOF 2014/15)*. Direcção De Estudos Económicos E Financeiros
- MOSCA, J. (2014). *Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas*. WP 127. CESA. Lisboa.
- MOSCA, J. & Nova, J. (2019). *Agricultura: assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique*. Observador Rural, n 80, Observatório do Meio Rural, Maputo.
- MOSCA, J. (2005). *Economia de Moçambique século XX*. Instituto Piaget, Lisboa.
- MOSCA, J. (2011). *Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Maputo: Escolar editora.
- MOSCA, J., & Bruna, N. (2015). *Prosavana: discursos, práticas e realidades*. Observatório do Meio Rural. Observador Rural, N°31, Maputo
- MUCAVELE, C., & Artur, L. (2021). *As metamorfoses dos serviços de extensão rural em Moçambique: um contributo ao debate sobre o modelo de extensão a praticar no país*. Observatório do Meio Rural. Destaque Rural, N° 136, Maputo.
- MWANGI, M., & Kariuki, S. (2015). *Factors determining adoption of new agricultural technology by smallholder farmers in developing countries*. Journal of Economics and Sustainable Development, Vol.6, No.5.
- NHAMPOSSA, J. (2020). *Salvaguarda dos direitos sobre a terra no contexto da revisão da política de terras*. Observatório do Meio Rural, Destaque Rural, N°101, Maputo
- NIEDERLE, P., A. & Radomsky, G., F., W. (2016). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- NIÑO, H., P. (2016) *Class dynamics in contract farming: the case of tobacco production in Mozambique*. Third World Quarterly, 37:10, 1787-1808, [Em linha] Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1180956>. [Acesso em: 2021/01/15].
- NORFOLK, S. & Hanlon, J. (2012). *Confrontation between Peasant Producers and Investors in Northern Zambézia, Mozambique in the Context of Profit Pressures on European Investors*. Annual World Bank Conference on Land and Poverty, World Bank – Washington DC, 22–23 Abril 2012.
- NOVA, Y. & Mosca, J. (2022a). *A falácia da prioridade da agricultura*. Observatório do Meio Rural. Destaque Rural, N°162, Maputo, Moçambique.
- NOVA, Y. & Mosca, J. (2022b). *Crédito interno ao sector agrário: desaparecendo no tempo*. Observatório do Meio Rural. Destaque Rural, N° 165, Maputo.
- OKADA, K. (2015). *The role of Japan in overseas agricultural investment: the case of ProSAVANA project in Mozambique. Land Grabbing, conflict and agrarian-environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia conference*. Paper no. 82, Chiang Mai University, Chiang Mai, Tailândia.
- OLLAWA, P., E. (1977). *On a dynamic model for rural development in Africa*. The Journal of Modern African Studies, N.5, pp. 401-423.
- ORRE, A. & Forquilha, S. (2012). *“Uma iniciativa condenada ao sucesso” - O fundo distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique*. Em: Weimer, B. (2012). *Moçambique: Descentralizar o centralismo - Economia política, recursos e resultados*. Maputo: IESE.
- PAULINO P. (2014). *Mozambique: More than 1,000 people displaced from their lands in Lioma*. Em linha] Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201411031818.html>. [Acesso em: 2021/01/19].
- SÁNCHEZ, J. C. F., e Gutiérrez, S. A. (2017). *Agricultura por contrato: impactos económicos e institucionales en el municipio Rangel del estado Mérida, Venezuela*. Cuadernos Del Cendes, 34. N° 94, Caracas-Venezuela.
- SANDE, Z. (2011). *7 milhões” revisão do debate e desafios para diversificação da base produtiva*. Desafios para Moçambique 2011, IESE, Maputo-Mozambique.
- SCHUMPETER, J. (1939). *Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*, New York, McGraw-Hill.
- SCHUT, M.; Slingerland, M.; Locke, A (2010). *Biofuel developments in Mozambique*. Update and analysis of policy, potential and reality. Energy Policy, 38, 5151–5165.
- SCOONES, I., Mavedzenge, B., & Murimbarimba, F. (2018). *Medium-scale commercial farms in Africa: the experience of the native purchase areas in Zimbabwe*. International African Institute, 597–619.
- SHAGALI, A., A. & Ibrahim, S., S. (2020). *Contemporary issues on the sustainable rural development in Sub-Saharan Africa: A survey of salient literature*. Department of Economics Federal University Dutsin-ma. Munich Personal RePEc Archive, Nigeria.
- SITOE, A. & Lisboa S., N. (2020). *Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portugal-moçambique na província da Zambézia*. Observador Rural n° 88. Observatório do Meio Rural, Maputo.
- SLINGERLAND, M & Schut, M. (2014). *Jatropha Developments in Mozambique: Analysis of Structural Conditions Influencing Niche-Regime Interactions*. Sustainability 6, 7541-7563.
- HANLON, J. & Smart, T. (2013). *O “boom” da soja no Gurué produziu alguns grandes agricultores. Pequenos agricultores ou grandes investidores? A opção para Moçambique*. Relatório de pesquisa 1 – revisitado.
- SUÁREZ M., S. & Borrás S. (2010). *Development for who? Impact of Development Projects on the Social Rights of the Rural Mozambican Population*. FIAN International.
- TAKEUCHI, S. (2000). *African Studies and Rural Development*. Institute of Developing Economies, Other, Editing and Writing,

- TECHNOSERVE (2018). *Cadeia de Valor da Soja em Moçambique: análise do desenvolvimento até à data e oportunidades futuras*. Apresentação no final do projecto. Novembro 2018, Maputo.
- TECHNOSERVE (2019). *O modelo do Pequeno Agricultor Comercial como mecanismo de desenvolvimento rural*. Maputo – Moçambique.
- THE OAKLAND INSTITUTE (2011). *Understanding land investments deals in Africa*. Country report: Mozambique, USA.
- Trabalho de Inquérito Agrícola vários anos. Moçambique.
- UAIENE, R., Arndt, C., Masters, W., (2009). *Determinants of Agricultural Technology Adoption in Mozambique*. Discussion papers N. 67.
- UAIENE, Rafael (2012). *Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique*. Em: Mosca, J. (coordenação) (2012). *Contributos para o debate da agricultura e desenvolvimento rural*. Escolar editora, Maputo – Moçambique.
- UDEMEZUE, JC., & Osegbue EG. (2018). *Theories and Models of Agricultural Development*. Annals of Reviews and Research, Volume 1 – Issue 5.
- UNAC & Grain (2015). *The land grabbers in Nacala Corridor: A new era of struggle against colonial plantations in Northern Mozambique*. Report February 2015.
- WACH, E. (2012). *Measuring the 'inclusivity' of inclusive business*. Practice Paper 2012, n°9. Brighton, UK: Institute of Development Studies,
- WARD, W. & Hite, J. (1998). *Theory in Rural Development: An introduction and overview*. Growth and Change. Vol. 29, pp. 245-258
- WATTS, M. (1992). *Living under contract: Work, Production Politics, and the Manufacture of Discontent in a Peasant Society*. In Pred and Watts eds., *Reworking Modernity. Capitalisms and Symbolic Discontents* (New Brunswick: Rutgers University Press).
- ZAVALE, H., Matchaya, G., Vilissa, D., Nhemachena, C., Nhlengethwa, S. & Wilson, D. (2020). *Dynamics of the Fertilizer Value Chain in Mozambique*. Sustainability - MDPI, 12.

<b>LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL</b>			
<b>Nº</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>
<b>128</b>	<b>Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde</b>	<b>Natacha Bruna</b>	<b>Agosto de 2022</b>
127	Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021	João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner	Agosto de 2022
<b>126</b>	<b>Dinâmicas de inovação tecnológica dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique - o caso da produção de soja no Gurué, Alta Zambézia</b>	<b>Rui Rosário, Yara Nova e Naldo Horta</b>	<b>Julho de 2022</b>
125	Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinérgica de recursos em Massingir	Natacha Bruna	Junho de 2022
<b>124</b>	<b>Dinâmicas na produção agrícola no vale do Limpopo: o caso do arroz</b>	<b>Nelson Capaina</b>	<b>Maior de 2022</b>
123	Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar	Máriam Abbas	Abril de 2022
<b>122</b>	<b>Evolução dos Preços dos Bens Alimentares (2021)</b>	<b>Yara Nova e Jonas Mbiza</b>	<b>Março de 2022</b>
<b>121</b>	<b>Ingredientes para uma revolta de jovens - Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas</b>	João Feijó, Jerry Maquenzi e Aleia Rachide Agy	<b>Fevereiro de 2022</b>
120	Caminhos para a segurança alimentar em moçambique: Uma abordagem de sistemas de produção	Máriam Abbas	Janeiro de 2022
<b>119</b>	<b>A configuração da estrutura económica de Manica e Sofala e processos de resistência à colonização</b>	<b>Janete Cravino</b>	<b>Julho de 2021</b>
118	Caracterização socioeconómica da zona centro de Moçambique. Enfoque no corredor da Beira	João Mosca	Julho de 2021
<b>117</b>	<b>Cobertura Florestal em Moçambique</b>	<b>Mélica Chandamela</b>	<b>Julho de 2021</b>
116	Processos administrativos e práticas na titulação da terra em Moçambique: O caso dos municípios de Maputo e Matola	Nelson Capaina	Junho de 2021
<b>115</b>	<b>Mudanças nos padrões tradicionais de exploração da terra e do trabalho: O caso da açucareira de Xinavane</b>	<b>Joana Manuel Matusse Joaquim, João Mosca, Ana Sampaio</b>	<b>Junho de 2021</b>
114	O papel das mulheres no conflito em Cabo delgado: entendendo ciclos viciosos da violência	João Feijó	Maior de 2021
<b>113</b>	<b>Pobreza e desigualdades em Moçambique: um estudo de caso em seis distritos</b>	<b>Jerry Maquenzi</b>	<b>Maior de 2021</b>
112	Os determinantes do desmatamento em moçambique: uma abordagem econométrica para o período de 2000-2016	Ibraimo Hassane Mussagy, João Mosca, Mélica Chandamela e Natasha Ribeiro	Maior de 2021
<b>111</b>	<b>Des(continuidades) políticas e económicas de longa duração do sector familiar (camponeses) em moçambique</b>	<b>João Mosca</b>	<b>Abril de 2021</b>
110	Política Monetária do Banco de Moçambique: Qual É O Gato Escondido?	João Mosca	Abril de 2021
<b>109</b>	<b>Caracterização e organização social dos machababos a Partir de discursos de Mulheres raptadas</b>	<b>João Feijó</b>	<b>Abril de 2021</b>
108	Moçambique e a Importação do Carapau: Um desafio sem Alternativas (!)	Nelson Capaina	Março de 2021
<b>107</b>	<b>Por Uma política Monetária Ajustada à Economia Real em Contexto de Crise: Humanidade e Sabedoria</b>	<b>Fáusio Mussá, Roberto Tibana, Inocência Mussipe Coordenador: João Mosca</b>	<b>Março de 2021</b>
106	Comércio Externo e crescimento económico em Moçambique	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Yulla Marques	Março de 2021
<b>105</b>	<b>Macroeconomia das pescas em Moçambique</b>	<b>Nelson Capaina</b>	<b>Fevereiro de 2021</b>
104	Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrícola em Moçambique	João Carrilho e Rui Ribeiro	Fevereiro de 2021
<b>103</b>	<b>Evolução de preços e bens alimentares em 2020</b>	<b>Yulla Marques e Jonas Mbiza</b>	<b>Fevereiro de 2021</b>
<b>102</b>	<b>Contributo para o planeamento e Desenvolvimento de Cabo Delgado</b>	<b>João Mosca e Jerry Maquenzi</b>	<b>Fevereiro de 2021</b>
101	Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito	João Feijó, António Souto e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
<b>100</b>	<b>Caracterização do sector das pescas em Moçambique</b>	<b>Nelson Capaina</b>	<b>Janeiro de 2021</b>
99	Dificuldades de Realização de Pesquisa em Moçambique	João Feijó	Setembro de 2020
<b>98</b>	<b>Análise de conjuntura económica 2º trimestre de 2020</b>	<b>João Mosca</b>	<b>Setembro de 2020</b>
97	Género e desenvolvimento: Factores para o empoderamento da mulher rural	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2020
<b>96</b>	<b>Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique</b>	<b>Ibraimo Hassane Mussagy e João Mosca</b>	<b>Julho de 2020</b>
95	Contributo para um debate necessário da política fiscal em Moçambique	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
<b>94</b>	<b>Economia de Moçambique: Análise de conjuntura pré COVID-19</b>	<b>João Mosca e Rabia Aiuba</b>	<b>Junho de 2020</b>
93	Assimetrias no acesso ao Estado: Um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico	João Feijó	Junho de 2020
<b>92</b>	<b>Implementação das medidas de prevenção do COVID-19: Uma avaliação intercalar nas cidades de Maputo, Beira e Nampula</b>	<b>João Feijó e Ibraimo Hassane Mussagy</b>	<b>Junho de 2020</b>
91	Secundarização da agricultura e persistência da pobreza rural: Reprodução de cidadanias desiguais	João Feijó	Maior de 2020

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
90	<b>Transição florestal: Estudo socioeconómico do desmatamento em Nhamatanda</b>	Mélica Chandamela	Abril de 2020
89	Produção bovina em Moçambique: Desafios e perspectivas – O caso da província de Maputo	Nelson Capaina	Março de 2020
88	<b>Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portucel-Moçambique na província da Zambézia</b>	<b>Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa</b>	<b>Março de 2020</b>
87	Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone IDAI no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
86	<b>“senhor, passar para onde?” Estrutura fundiária e mapeamento de conflitos de terra no distrito de Nhamatanda</b>	<b>Uacitissa Mandamule</b>	<b>Fevereiro de 2020</b>
85	Evolução dos preços dos bens essenciais de consumo em 2019	Rabia Aiuba e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2020
84	<b>Repensar a segurança alimentar e nutricional: Alterações no sistema agro-alimentar e o direito à alimentação em Moçambique</b>	<b>Refiloe Joala, Máriam Abbas, Lázaro dos Santos, Natacha Bruna, Carlos Serra ,e Natacha Ribeiro</b>	<b>Janeiro de 2020</b>
83	Pobreza no meio rural: Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres	Aleia Rachide Agy	Janeiro de 2020
82	<b>Ascensão e queda do PROSAVANA: Da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência / The rise and fall of PROSAVANA: From triangular cooperation to bilateral cooperation in counter-resistance</b>	<b>Sayaka Funada-Classen</b>	<b>Dezembro de 2019</b>
81	Investimento público na agricultura: O caso dos centros de prestação de serviços agrários; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios	Yasser Arafat Dadá, Yara Nova e Cerina Mussá	Novembro de 2019
80	<b>Agricultura: Assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique</b>	<b>João Mosca e Yara Nova</b>	<b>Outubro de 2019</b>
79	Corredores de desenvolvimento: Reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2019
78	<b>Condições socioeconómicas das mulheres associadas na província de Nampula: Estudos de caso nos distritos de Malema, Ribaué e Monapo</b>	<b>Aleia Rachide Agy</b>	Agosto de 2019
77	Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir - Cabo Delgado	Jerry Maquenzi	Agosto de 2019
76	<b>Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado</b>	<b>Jerry Maquenzi e João Feijó</b>	<b>Julho de 2019</b>
75	A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Junho de 2019
74	<b>Agricultura em números: Análise do orçamento do estado, investimento, crédito e balança comercial</b>	<b>Yara Nova, Yasser Arafat Dadá e Cerina Mussá</b>	<b>Maio de 2019</b>
73	Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: Algumas causas e implicações	Nelson Capaina	Abril de 2019
72	<b>Os mercados de terras rurais no corredor da Beira: tipos, dinâmicas e conflitos.</b>	<b>Uacitissa Mandamule e Tomás Manhicane</b>	<b>Março de 2019</b>
71	Evolução dos preços dos bens alimentares 2018	Yara Nova	Fevereiro de 2019
70	<b>A economia política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço do Hinterland</b>	<b>Thomas Selemane</b>	<b>Janeiro de 2019</b>
69	Indicadores de Moçambique, da África subsaariana e do mundo	Rabia Aiuba e Yara Nova	Dezembro de 2018
68	Médios produtores comerciais no corredor da beira: dimensão do fenómeno e caracterização	João Feijó Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2018
67	<b>Polos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de Nacala-porto</b>	<b>Yasser Arafat Dadá e Yara Nova</b>	<b>Outubro de 2018</b>
66	Os Sistemas Agro-Alimentares no Mundo e em Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2018
65	Agro-negócio e campesinato. Continuidade e descontinuidade de Longa Duração. O Caso de Moçambique.	João Mosca	Agosto de 2018
64	<b>Determinantes da Indústria Têxtil e de vestuário em Moçambique (1960-2014)</b>	<b>Cerina Mussá e Yasser Dadá</b>	<b>Julho de 2018</b>
63	Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo	Aleia Rachide Agy	Junho de 2018
62	<b>Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias</b>	<b>Máriam Abbas</b>	<b>Maio de 2018</b>
61	Pobreza, diferenciação social e (des) alianças políticas no meio rural	João Feijó	Abril de 2018
60	<b>Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 2017</b>	<b>Yara Nova</b>	<b>Março de 2018</b>
59	Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor	Yara Pedro Nova	Fevereiro de 2018
58	<b>Avaliação dos impactos dos investimentos das plantações florestais da Portucel-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia</b>	<b>Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa</b>	<b>Novembro de 2017</b>
57	<b>Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia</b>	<b>Nelson Capaina</b>	<b>Outubro de 2017</b>
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	<b>Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?</b>	<b>Máriam Abbas</b>	<b>Agosto de 2017</b>
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máriam Abbas	Julho de 2017
53	<b>Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique</b>	<b>Natacha Bruna</b>	<b>Junho de 2017</b>



**LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL**

<b>Nº</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	<b>Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota</b>	<b>Yasser Arafat Dadá</b>	<b>Maio de 2017</b>
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	<b>Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique</b>	<b>Nelson Capaina</b>	<b>Março de 2017</b>
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	<b>Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.</b>	<b>Uacitissa Mandamule</b>	<b>Novembro de 2016</b>
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	<b>Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete</b>	<b>João Feijó</b>	<b>Setembro de 2016</b>
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy e Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	<b>Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em Moçambique</b>	<b>João Mosca e Máriam Abbas</b>	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	<b>Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique</b>	<b>Mota Lopes</b>	<b>Maio de 2016</b>
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	<b>Exploração artesanal de ouro em Manica</b>	<b>António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca</b>	<b>Março de 2016</b>
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	<b>Políticas públicas e agricultura</b>	<b>João Mosca e Máriam Abbas</b>	<b>Janeiro de 2016</b>
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	<b>A política monetária e a agricultura em Moçambique</b>	<b>Máriam Abbas</b>	<b>Novembro de 2015</b>
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luis Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	<b>Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique</b>	<b>Uacitissa Mandamule</b>	<b>Setembro de 2015</b>
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	<b>Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural</b>	<b>João Feijó e Aleia Rachide</b>	<b>Julho de 2015</b>
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	<b>Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra</b>	<b>Eduardo Chiziane</b>	<b>Maio de 2015</b>
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Abril de 2015
26	<b>Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique</b>	<b>Máriam Abbas</b>	<b>Abril de 2015</b>
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	<b>Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas</b>	<b>João Mosca</b>	<b>Fevereiro de 2015</b>
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	<b>Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra</b>	<b>Eduardo Chiziane</b>	<b>Novembro de 2014</b>
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	<b>Influência das taxas de câmbio na agricultura</b>	<b>João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira</b>	<b>Setembro de 2014</b>
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	<b>O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula</b>	<b>Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia</b>	<b>Julho de 2014</b>
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	<b>Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala</b>	<b>António Manuel Júnior</b>	<b>Maio de 2014</b>
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luis Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2015
14	<b>Investimento no sector agrário</b>	<b>João Mosca e Yasser Arafat Dadá</b>	<b>Março de 2014</b>
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014

**LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL**

<b>Nº</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>
<b>12</b>	<b>Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Finger mann</b>	<b>Sayaka Funada-Classen</b>	<b>Dezembro de 2013</b>
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
<b>10</b>	<b>Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry Exploitation</b>	<b>Emelie Blomgren &amp; Jessica Lindkvist</b>	<b>Setembro de 2013</b>
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
<b>8</b>	<b>Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages</b>	<b>Peter E. Coughlin, Nícia Givá</b>	<b>Julho de 2013</b>
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
<b>6</b>	<b>Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique</b>	<b>Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes</b>	<b>Mai de 2013</b>
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
<b>4</b>	<b>Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.</b>	<b>João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá</b>	<b>Março de 2013</b>
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
<b>2</b>	<b>Balança Comercial Agrícola: Para uma estratégia de substituição de importações?</b>	<b>João Mosca e Natacha Bruna</b>	<b>Novembro de 2012</b>
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

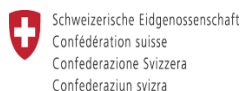


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar  
Maputo – Moçambique  
[www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)